

PIO XII E A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE

Este modesto livrinho, depois de lembrar, sucintamente, os ensinamentos de Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV e particularmente de Pio XI, graças à sua inolvidável «*Divini illius Magistri*», oferece os textos (encíclicas, discursos e cartas) essenciais do imortal Pio XII, atinentes à educação da juventude.

Brotam, desta forma, das páginas suculentas dêste livro, em estilo conciso, quase lapidar, os respectivos direitos da família, hoje tão insidiados por uma filosofia materialista, e por tantas legislações que os postergam, quando seria seu dever tutelá-los; os da Igreja, sagrados, eternos e imutáveis; e os do Estado no setor da educação.

Os princípios fundamentais da educação e a grandeza da função pedagógica; a natureza da educação cristã e o lugar indiscutível que o ensinamento religioso ocupa na educação civil, são nitidamente marcados nestas páginas luminosas.

“PSYCHOLOGICA”

COLEÇÃO DE PSICOLOGIA E PEDAGOGIA

DIRIGIDA POR

Pe. ÂNGELO CARAVINA

PIERRE FERNESSOLE

PIO XII
E A EDUCAÇÃO
DA JUVENTUDE

Em apêndice
a declaração do Concílio

2ª Edição

<http://alexandriacatolica.blogspot.com.br>

EDIÇÕES PAULINAS

TÍTULO ORIGINAL

SA SAINTETÉ PIE XII ET L'ÉDUCATION DE LA JEUNESSE
P. Lethielleux, Paris

Tradução de MIGUEL ZAUPA

<http://alexandriacatolica.blogspot.com.br>

Direitos reservados à Pia Sociedade de São Paulo
Praça da Sé, 180 - Caixa Postal 8107 - S. PAULO
1966

INTRODUÇÃO

Não pouparemos palavras para ressaltar a capital importância da educação da juventude. Não há dúvida de que desta educação dependem, em grande parte, o futuro e a prosperidade material e moral de uma nação.

É supérfluo lembrar com qual particular solicitude e em todos os tempos de sua história a Igreja se preocupou com este problema, que reúne os mais sagrados valores, dos quais ela é depositária. Não é nossa intenção desenvolver o programa, ou melhor, o esquema da obra cumprida pela Igreja através dos séculos em favor da educação moral e da educação intelectual da juventude: espíritos imparciais, crentes ou descrentes, bem proclamaram que a Igreja foi, em todos os tempos, instituidora dos povos, guarda e promotora da verdadeira civilização.

Igualmente de modo algum pretendemos tratar aqui da educação de modo específico. São conhecidos os trabalhos que versam sobre argumento, estudado sob os seus múltiplos aspectos.

Muito mais modesta é a nossa aspiração. Parece-nos, porém, de uma atualidade palpitante. Procuraremos, portanto, trazer à luz os graves ensinamentos da Igreja, isto é, do Papado, sobre a educação da juventude, ensinamentos muito pouco conhecidos ou muito esquecidos, os quais, se fôsem bem conhecidos e integralmente postos em prática, poderiam bastar para a solução de um problema tão fundamental.

Limitaremos o nosso estudo aos documentos pontifícios contemporâneos e precisamente aos dos séculos XIX e XX.

Por quê? Porque em nenhuma outra época da história da Igreja, a questão escolar preocupou tanto a consciência e o zelo dos Sumos Pontífices.

Por outro lado, há cerca de um século o laicismo demonstrou uma perseverança e uma pertinácia toda particular para estabelecer-se em diversas nações e incrementar ininterruptamente a radical secularização da escola pública no ensino, nos mestres, no espírito, e para até mesmo criar em alguns países a "Escola sem Deus".

Além disso, na história do Papado contemporâneo, no tema da educação da juventude, limitaremos este nosso estudo à obra pontifícia de S. S. o Papa Pio XII. A razão é óbvia: pensando bem, nenhum Pontífice tratou com maior amplitude, profundidade e com mais luminosa aplicação dos princípios e valores permanentes, as necessidades mais urgentes dos tempos atuais, que Pio XII.

PRINCIPAIS ENSINAMENTOS DOS PREDECESSORES DE PIO XII

Lembraremos, antes de mais nada, brevemente, *os principais ensinamentos* dos predecessores de Pio XII sobre o problema de que nos ocupamos.

Já em 1840, exatamente sob o pontificado de Gregório XVI e o reinado de Luís Filipe, o episcopado francês fazia ouvir a sua voz contra o monopólio universitário e reclamava a liberdade de ensino prometido pela Carta de 1830 e continuamente adiada ¹.

Os métodos, com os quais os bispos e os católicos conquistaram essa liberdade, eram novos: de fato, a maior parte dos bispos desempenharam a sua ação no campo das liberdades públicas e reivindicaram como cidadãos o que lhes era negado como pastores da Igreja. Eles, enfim, começaram a usar largamente a arma com a qual os seus adversários se esforçavam para dismantelar as instituições cristãs e as consciências: a imprensa.

¹ Sobre as origens da luta consultar a interessantíssima comunicação do padre Roberto Jacquin à Academia de ciências morais e políticas: "Revue des travaux de l'Académie des sciences morales et politiques", 1954, 1º semestre, Paris, Sirey, p. 160.

I. - GREGÓRIO XVI

Gregório XVI não era de fato amigo do estardalhaço e não aprovava as veemências da polêmica jornalística. Não havia êle, no início desta campanha, dado instruções ao Nuncio Fornari, para que notificasse aos membros do episcopado “que a voz dos jornais não convinha à dignidade dos bispos”?¹.

É sumamente significativo ver o pontífice já octogenário tomar posição clara nesta questão, aprovar plenamente a ação dos bispos e os seus métodos para a conquista da liberdade de ensino. Havia constatado o Santo Padre os estragos causados por um monopólio universitário ímpio e corrupto; e estava de tal modo convencido da necessidade da liberdade, cujo exercício compreendia os direitos e os deveres mais sagrados da Igreja e da família, que chegou inclusive a impor como condição *sine qua non* para ser levado à

¹ Mons. JACQUES-PAUL MARTIN, *La nonciature de Paris sous Louis-Philippe*, Q. 318-319. Cfr. do mesmo autor o artigo em *La Croix*, de 9 de abril de 1955: *L'affaire des deux chapeaux*.

dignidade cardinalícia, a promessa formal de colaborar na luta pela conquista da liberdade de ensino.

Deve-se lembrar neste sentido o caso do arcebispo de Aix, D. Bernet, ocorrido no fim do ano de 1845. Desta interessante história, narrada largamente por *D. Martin*², diremos aqui apenas quanto se refere ao nosso tema. Luís Filipe, indubitavelmente encorajado pela manobra de Rossi contra os Jesuítas, solicitou dois chapéus cardinalícios à Santa Sé: um para o arcebispo de Aix, D. Bernet, o outro para o arcebispo de Bourges, D. Du Pont, prelados insignes e de excelsa virtude, como dizia o rei, pela "sua solicitude em servir ao mesmo tempo aos interesses da nossa santa religião e aos do Estado". Luís Filipe escolheu mal o tempo e os candidatos. Realmente, na época o colégio cardinalício estava completo; por outro lado, os candidatos escolhidos não gozavam da simpatia de Gregório XVI, justamente pela sua tepidez na luta pela liberdade de ensino. O Papa, portanto, respondeu ao rei que "*com verdadeiro desprazer*" não estava em condições de satisfazer os reais desejos. Imaginemos a cólera do rei e do seu ministro Guizot, e o embaraço do Núncio Fornari...

Todavia, uma acomodação foi possível. O velho cardeal Zacchia morre oportunamente em

² *Op. cit.*

novembro. Para os dois chapéus pedidos há um só vagante, que S. Santidade está disposto a conceder a D. Bernet, com uma dúplice condição: que dê a Luís Filipe claras explicações sobre a sua recente atitude; em segundo lugar o candidato deveria escrever ao Papa uma carta, “na qual declare, *em termos puros e simples*, que na questão do ensino elle professa os mesmos princípios e os mesmos sentimentos dos outros distintos colegas da França, aos quais se une e se conforma plenamente”.

Satisfeito com a solução, Luís Filipe apresenta ao Papa as suas desculpas, unidas aos protestos de devoção. D. Bernet cede de bom grado e prova sem dificuldades que, se não havia descido à praça pública para protestar com os seus colegas, havia, porém, agido com maior discrição, enviando cartas confidentiais ao rei e aos seus ministros.

Tudo, pois, se resolveu do melhor modo possível. A resposta do Papa a Luís Filipe, escrita integralmente de seu próprio punho, “*com a expansão de coração* que nós devemos a Vossa majestade e que Vossa majestade certamente espera de nós” — carta citada por D. Martin, segundo os arquivos de Quai d’Orsay, Roma 968 — é uma obra-prima de fineza e firmeza. O Pontífice reconhece os louváveis esforços do soberano para conter a irreligiosidade; acrescenta espontâneamente um outro título que o rei havia esquecido de citar: “a excelente escolha dos bispos

que Vossa Majestade nos indicou para as sedes”; assim, depois de ter exposto as dificuldades para conceder os dois chapéus cardinalícios, anuncia com alegria ao soberano a elevação ao purpurado do arcebispo de Aix.

“que nós estimamos, escreve o Papa, pela retidão e zelo com que administra a sua diocese como também pelos seus sentimentos claramente conformes aos dos demais colegas *sobre aquilo que tanto interessa à religião e que nós não podemos deixar de ter na mais alta consideração e que tão calorosamente recomendamos ao coração de Vossa majestade, isto é, a questão do ensino...*”³.

Podia, Gregório XVI, expressar com maior clareza o seu sentimento e a sua vontade em matéria de liberdade de ensino?

3 O grifo é do autor.

II. - PIO IX

O sucessor de Gregório XVI, Pio IX, iria ressaltar vivamente os sentimentos e as decisões da Igreja sobre a questão da escola; coincidiam estes perfeitamente com os seus sentimentos pessoais e com as suas convicções mais íntimas, e com a compreensão das necessidades do seu tempo que ele possuía sem dúvida em grau muito elevado.

No princípio de 1848, para ocupar novo posto vago no Sacro Colégio, Pio IX elevou à púrpura D. Du Pont, arcebispo de Bourges. O Papa exigiu do candidato do Rei uma declaração análoga àquela que o Papa Gregório XVI havia exigido de D. Bernet.

Desde 1846, quando os bispos e os católicos franceses organizaram, com ardente decisão e com uma tática mais bem iluminada pela experiência, a conquista da liberdade que se tornava então dia a dia mais indispensável e ininterruptamente posta em perigo pelos ataques dos parlamentares gali-

canos e pelos professôres que se obstinavam em defender o monopólio do Estado em matéria escolástica, Pio IX sustentou e encorajou com tôdas as suas fôrças os paladinos da liberdade. Numa carta endereçada a Montalembert, datada de 16 de outubro de 1846, de Roma, onde viera a fim de informar S. Santidade sôbre a verdadeira situação religiosa da França, o abade Dupanloup escrevia:

“... É impossível iludir-se sôbre Sua (do Papa) maneira de julgar (os acontecimentos). Ninguém melhor do que êle sabe compreendê-los e dêles falar com mais fôrça, espírito e doutrina. É necessário — disse-me antes de mais nada — continuar a reivindicar a liberdade de ensino com coragem e firmeza”.

No mesmo sentido e com a mesma clareza, Pio IX havia dito ao cardeal de Bonald:

“Não chego a compreender como alguns se maravilham quando vós reclamais a liberdade de ensino, uma vez que foi sancionada pela vossa Constituição e prometida pela vossa Carta. É necessário que tenhais a liberdade uma vez que a têm os vossos inimigos. É necessário combater com as mesmas armas...”

“Note-se — continua D. Dupanloup — que estas palavras, quase textuais, são da mais alta gravidade na bôca de um Papa. Estas idéias não

são de fato comuns a todos na Itália. São elas a prova de um espírito nobre, elevado, dotado de uma visão clara, vasta e resoluta. O Papa, de resto, põe-se a par de tudo, julga tudo, e isto depois de madura reflexão...

Consequência lógica dêstes relevos, meu caro amigo, é que agora sabemos o que devemos fazer”⁴.

Até o final da luta, isto é, até a votação da lei Falloux, o Papa defendeu fortemente os combatentes da nobre causa. A lei Falloux, como é conhecida, foi votada em 15 de março de 1850, com uma maioria de 399 votos contra 237. Um bom número de bispos, de leigos e as melhores mentes julgaram-na insuficiente. E tal era realmente em pontos importantes, mas, tudo somado, naqueles tempos representava uma vitória e uma conquista. Pio IX, consultado a respeito, embora desejando melhoramentos na lei Falloux e recomendando aos bispos que deveriam estar presentes no Conselho superior do Ensino Público para “defender com coragem a lei de Deus e da Igreja, tutelar com tôda a sua energia a doutrina da nossa

⁴ Citação de LECANUET, *Montalembert*, t. II, *La liberté d'enseignement*, pp. 315-317. — Sobre a conquista da liberdade de ensino, v. LECANUET, *Montalembert*, t. II; A. DANSETTE, *Histoire religieuse de la France contemporaine*, I, pp. 346-363; *Histoire du Christianisme* de POULET, Fascículo 33-34, cap. 3: *La liberté d'enseignement*, pp. 953-1016 e seg.; M. HEBERT e A. CARNEC, *La loi Falloux et la liberté d'enseignement* (La Rochelle, 1953); GASTON MONIN, *L'enseignement libre* (Testi), 1953. V. em *La Croix* de 24-25 de abril de 1955, o artigo de Mons. MARTIN, *La liberté d'enseignement vue par un évêque de la Monarchie de Juillet*.

santa religião e sustentar com tôdas as suas forças um ensino puro e são”, Pio IX com um amplo espírito de conciliação e um vivo desejo de união entre os católicos respondeu que era necessário aceitar a lei. Em 24 de maio de 1850, Louis Veuillot escrevia no *Universo*:

“Mais a nossa oposição foi viva, mais é necessário que nenhuma sombra paire sôbre a integridade e a sinceridade da nossa submissão às diretrizes do Vigário de Cristo”.

A 14 de julho de 1864 Pio IX endereçava a D. Hermann, arcebispo de Friburgo na Brisgovia, a carta apostólica: *Quum sine die*.

Esta “carta” é um documento importantíssimo e de grande atualidade sôbre a questão da qual nos ocupamos. Apresentaremos apenas alguns trechos dos passos mais significativos.

O Papa insurge-se contra os inimigos da Igreja, os quais dirigem os seus ataques de modo especial contra a educação cristã da juventude. De modo claro êle tem aqui presente particularmente algumas medidas tomadas no grão-ducado de Baden a respeito do ensino religioso, mas o seu protesto é universal e geral.

“... Por que maravilhar-se, diz, se tentativas tão funestas são dirigidas contra a instrução e a educação da juventude? Não há dúvida de que a sociedade humana é oprimida por males ain-

da piores, quando na formação pública e privada da juventude é afastada a reguladora autoridade da Igreja, bem como a sua salutar influência. Dêste modo, efetivamente, a sociedade humana é privada do verdadeiro espírito cristão, somente o qual pode manter sólidos os fundamentos da ordem e da tranqüilidade públicas; proporcionar o verdadeiro progresso da civilização e assegurar aos homens os auxílios necessários para alcançar o fim da sua vida mortal, isto é, obter a salvação eterna...

Mas se esta maneira perniciosíssima de ensinar, separada da fé católica e da autoridade da Igreja, é uma fonte dos piores males para os indivíduos e para a sociedade, quando se trata da educação a se ministrar nas escolas e nas instituições públicas, destinadas às altas classes da sociedade, quem não vê que os males e os danos que resultam de tais métodos são infinitamente maiores quando se trata de escolas populares? Porque sobretudo nestas escolas, todos os jovens de tôdas as classes sociais devem ser nos seus tenros anos cuidadosamente instruídos nos preceitos e nos mistérios da nossa santíssima religião, formados na piedade, na probidade dos costumes, na religião e iniciados na vida de sociedade..."

O Papa acentua com grande energia esta necessidade, do ponto de vista infantil, mas tam-

bém de tôda a sociedade; enfim conclui êste passo essencial com a seguinte declaração:

“Certamente em tôda parte onde fôr empreendido e conduzido a têrmo o pernicioso intento de excluir das escolas a autoridade da Igreja, e tôda vez que a juventude fôr miseravelmente exposta a sofrer pela sua fé, à Igreja não só caberá o dever de não omitir esforço algum e não deixar passar a mínima oportunidade para que a juventude receba a instrução e a educação cristãs necessárias, mas também seria constrangida a pôr de sobreaviso os fiéis de que escolas dêste gênero, em contraste com a Igreja Católica, *não podem em consciência ser frequentadas...*”⁵

No mês de dezembro do mesmo ano (1864), no Sílabo, Pio IX condenava as seguintes proposições:

Proposição 45ª: “Tôda a direção das escolas públicas nas quais a juventude de um estado cristão é educada, exceção feita sòmente, em certa medida, para os seminários diocesanos, pode e deve ser entregue à autoridade civil e de tal modo que não seja réconhecido a nenhuma outra autoridade o direito de imiscuir-se na disciplina das escolas, no govêrno dos estudos, na concessão das notas, na escolha do corpo docente”.

5 PII IX, *Pontificis Maximi Acta*, pars prima, vol. III, Romæ, 1864, pp. 650-656.

Proposição 47ª: “A boa constituição da sociedade civil exige que tôdas as escolas populares, que são abertas a todos os jovens de tôdas as classes do povo, e, em geral, que as instituições públicas destinadas às letras, a uma instrução superior e a uma educação mais alta da juventude, sejam livres de tôda autoridade da Igreja, de tôda sua influência moderadora, de tôda sua ingerência, e sejam complementamente submetidas à vontade da autoridade civil e política, ao beneplácito dos jovens e conforme as opiniões gerais do tempo”.

Proposição 48ª: “Os católicos podem dar a sua aprovação ao sistema de educação que prescinde da fé católica e da autoridade da Igreja, e que não têm por escopo, pelo menos principal, senão a ciência das coisas puramente naturais e da vida social sôbre esta terra”.

Numa alocução à juventude italiana, a 6 de janeiro de 1873, Pio IX dizia:

“Não se acredite que, enquanto peço que sejam livres os dois sacramentos (matrimônio e ordem) também nos seus efeitos, deixe de reclamar a liberdade de ensino. E quando digo reclamar a liberdade de ensino, reclamo-a, não como um *princípio* que não admito; mas como uma verdadeira necessidade”.

III. - LEÃO XIII

Em todos os seus ensinamentos doutrinários, Leão XIII volta sempre com insistência contínua a tratar da questão escolástica, da educação cristã da infância e da juventude. Certamente o Papa não trata da questão *ex professo*, mas são poucas as incíclicas onde, tratando de outro argumento, não acene a ela. Já na Encíclica "*Inscrutabili*" sobre os males da sociedade, as suas causas e os remédios, aos patriarcas, primados, arcebispos e bispos do mundo católico — 21 de abril de 1878 — o Papa declarava que "o desprezo do direito da Igreja sobre a educação é uma das causas principais dos males que afligem a sociedade contemporânea"⁶.

No mesmo ano de 1878, numa carta de 26 de junho ao cardeal Vigário La Valletta, o Papa formulava severos juízos sobre a escola neutra e leiga: demonstrava assim que a instrução reli-

6 Ato de Leão XIII, B. P., p. 11.

giosa concedida sòmente quando os genitores a requeressem formalmente era um expediente illusório; que é uma “crueldade educar os jovens sem religião até o momento em que alcançam a idade do discernimento”.

“É uma dor imensa para o nosso coração paterno — acrescenta o Papa — considerar as conseqüências lamentáveis desta decisão insensata e injustificável, e a nossa dor aumenta ainda mais, refletindo como nos tempos atuais os estímulos ao vício são mais fortes e mais numerosos que nunca”⁷.

No ano seguinte (25 de março), Leão XIII, numa carta datada de 16 de junho, endereçada ao cardeal Vigário, voltava ao tema lamentando a descristianização da escola na Itália.

A 8 de fevereiro de 1884, Leão XIII endereçava aos arcebispos e bispos da França a histórica encíclica *Nobilissima Gallorum gens*.

Depois de exaltar os méritos da “nobilíssima nação francesa” para com a Igreja Católica e lembrar os elogios dos seus predecessores para com a França, o Papa deplora que o espírito humano repila a autoridade da Igreja e demonstra ser impossível que a prosperidade reine num país onde cessa a benéfica influência da religião, e que

⁷ Extraído de *Resumé des documents pontificaux sur l'école neutre*, de Negre. Mame, Tours 1929, *Docum. cathol.*, 1930, t. I, col. 472.

se torna uma necessidade para o bem público o acôrdo entre a Igreja e o Estado. E, antes de lembrar quanto êle mesmo fêz no tempo dos decretos de supressão das Congregações religiosas, relembra solenemente a *obrigação que incumbe aos pais de vigiar para que os seus filhos recebam o ensino religioso*:

“E antes de tudo, no que concerne à família, é sumamente importante — dizia — que todos os jovens provenientes de pais católicos sejam a tempo instruídos nos preceitos da fé e que a instrução religiosa se funde com a educação por meio da qual se costuma preparar o homem e formá-lo nos seus primeiros anos. Separar uma da outra é querer na realidade que, em se tratando dos deveres para com Deus, o jovem permaneça *neutro*; *sistema êste mentiroso* e mais ainda *desastroso* numa idade tão tenra porque abre às almas a porta do ateísmo fechando a da religião. É absolutamente necessário que os pais e as mães, verdadeiramente dignos dêste nome, vigiem para que os seus filhos, chegando à idade de aprender, recebam o ensinamento religioso, e na escola nada venham a encontrar que ofenda a fé e a pureza dos costumes. Tal preocupação para a educação dos seus filhos é a *lei* divina em concomitância com a *lei natural* que a impõe aos pais; e nada os pode dispensar desta obrigação. A Igreja, guarda e vingadora da fé e que em virtude da missão

recebida de Deus, seu autor, deve chamar à verdade cristã tôdas as nações e vigiar com solicitude sôbre os ensinamentos ministrados aos jovens postos sob a sua autoridade, sempre condenou abertamente as escolas chamadas *neutras* ou *mistas* e reiteradas vêzes chamou à atenção os pais para que não descuidassem dos seus deveres num ponto tão importante. Submeter-se assim à Igreja significa praticar uma ação de alto mérito social e cooperar na salvação comum... Vigiai para que em tôda parte haja escolas onde os jovens sejam com o máximo cuidado instruídos nas santas verdades e nos deveres para com Deus, onde possam conhecer perfeitamente a Igreja, ouvir os seus ensinamentos e convencerem-se de que é necessário estar prontos a sofrer pela sua causa..."⁸.

A mesma doutrina, a mesma insistência e o mesmo acento nós encontramos na Encíclica *Quod multum* dirigida aos bispos da Hungria, em 22 de agôsto de 1886; citaremos alguns trechos que se adaptam particularmente ao nosso argumento:

"... Tal é hoje em dia o andar dos tempos e dos costumes que muita gente, a preço de enormes esforços, conspira para subtrair à vigilância da Igreja e à virtude salutar da religião a juventude destinada às letras. São desejadas e reclamadas em tôda parte as escolas assim chamadas

8 Ato de Leão XIII, B. P., T. I, p. 231.

neutras, mistas, leigas, com o escopo precípua de obter que os alunos cresçam na mais completa ignorância das coisas mais santas e sem o mínimo pensamento da religião. Este mal é muito mais extenso e é maior que o próprio remédio, e vê-se por isso crescer uma geração despreocupada com os bens da alma, ignorante em matéria de religião e freqüentemente ímpia. Afastai, veneráveis irmãos, uma tão funesta desventura da vossa pátria e empenhai todos os vossos cuidados, todo o vosso zelo. Plasmai a juventude, na idade mais tenra, no costume e na sabedoria cristã; hoje em dia isto interessa mais que toda outra medida, não só à Igreja, mas também ao Estado”⁹.

Idênticas recomendações e idênticos ensinamentos encontrá-los-emos expressos na maneira mais formal, com acentos ora severos, ora patéticos, em numerosos documentos oficiais e de alcance universal, como por exemplo na Encíclica *Officio Sanctissimo* aos arcebispos e bispos da Baviera, de 22 de dezembro de 1887¹⁰; na Encíclica *Libertas*, de 20 de junho de 1888, sobre a liberdade do ensino; na Encíclica *Sapientiae Christianae* — sobre os principais deveres cívicos dos cristãos, aos patriarcas, primados, arcebispos e bispos do mundo católico — de 10 de janeiro de 1890¹¹; na carta aos bispos poloneses, de 19 de março de

⁹ *Ato de Leão XIII*, t. II, p. 135.

¹⁰ *Ato de Leão XIII*, t. II, p. 135.

¹¹ *Ato de Leão XIII*, t. II, pp. 265-297.

1894¹²; na carta aos bispos austríacos, de 1º de maio de 1894, particularmente importante quanto à questão da *neutralidade escolástica*¹³; na Carta apostólica *Longinqua Oceani spatia* aos arcebispos e bispos dos Estados Unidos da América do Norte, de 6 de janeiro de 1895¹⁴; no *Motu Proprio, Auspicia rerum*, de 19 de março de 1896¹⁵; na Encíclica *Affari vos* aos bispos canadenses, de 8 de dezembro de 1897¹⁶; na Encíclica *Charitatis studium* aos bispos da Escócia, de 25 de julho de 1898... Até mesmo na Encíclica *Rerum Novarum*, embora tratando de um assunto completamente diferente; pode-se encontrar passos que reafirmam o *direito primordial da família* em matéria de educação¹⁷.

Como bem se vê, o ensinamento de Leão XIII em se tratando da educação da juventude — não obstante o parecer de certos juízos, fundados, sem razão, sobre uma atitude política falsamente interpretada — é claro e firme. Pio XI reunirá e condensará, precisará, desenvolverá e acentuará ainda mais; mas Leão XIII havia já traçado sobre esta matéria as linhas essenciais, de modo que de um para outro há uma continuidade evidente.

12 *Atos de Leão XIII*, t. IV, pp. 60-70.

13 *Atos de Leão XIII*, t. IV, pp. 108-110.

14 *Atos de Leão XIII*, t. IV, pp. 158-179.

15 *Atos de Leão XIII*, t. IV, pp. 290-299.

16 *Atos de Leão XIII*, t. V, p. 227.

17 Ver o texto português publicado em *Temas Sociais* pelas Edições Paulinas, São Paulo, 1962.

Sairíamos do nosso escopo detendo-nos a falar sobre o prodigioso impulso dado ao movimento intelectual cristão de Leão XIII, e podemos sem dúvida dizer também sobre o movimento intelectual em qualquer campo e particularmente no campo filosófico e histórico. Mas não podemos deixar de lembrar o particular interesse assinalado pelo grande pontífice sobre o *ensino superior cristão*, ou, para melhor dizer, sobre as *Universidades católicas*. Sobre este ponto, como sobre tantos outros, Leão XIII abriu o caminho aos seus sucessores. É do conhecimento geral o zelo de Leão XIII, no sentido do criar, desenvolver, dar válida organização às Universidades católicas na Europa e de modo particular na França e na Bélgica, onde encontrou também potentes colaboradores, como Mons. Mercier, Mons. d'Hulst, Duilhé de Saint-Projet etc.

Mas sobre este ponto, o seu zelo devia estender-se além dos mares, para a América Setentrional, onde a vida do espírito podia parecer às vezes ameaçada ou comprometida pelo imenso progresso material e técnico. Estamos em 9 de janeiro de 1908. Leão XIII endereçava aos bispos da América do Norte a Carta Apóstolica *Longinqua Oceani spatia*, onde se lêem estas sugestivas expressões:

“...Se bem a América conte já com célebres e cotadas universidades, Nós consideramos ótima

coisa que exista uma instituída pela Autoridade da Sé Apostólica e por Nós constituída com todos os direitos, com professôres católicos, que iluminem os homens ávidos de saber, antes de tudo nas ciências filosóficas e teológicas, depois, para aquêles a quem o tempo e os recursos o permitirem, nas outras ciências, sobretudo nas que o nosso tempo fundou e aperfeiçoou. Qualquer erudição será de fato incompleta se a ela não se juntar algum conhecimento das ciências modernas. No vórtice tão rápido dos espíritos, quando a ânsia do saber, em si mesma louvável e boa, e tão largamente difusa, é conveniente que os católicos marchem à vanguarda e não à retaguarda dos outros. Deverão assim decorar-se com o esplendor da ciência, exercitar-se com ardor na procura da verdade e na investigação de toda natureza, na medida em que isto fôr possível. Por outro lado, esta sempre foi a intenção da Igreja...”.

O Sumo Pontífice alude aqui à Carta Apostólica *Magni nobis gaudii*, de 7 de março de 1889, com a qual “erigiu, segundo as regras, em Washington, uma Universidade para os jovens desejosos de uma instrução superior”.

Renova as normas precisas e luminosas com as quais erigiu esta Universidade e acrescenta:

“...Declaramos já a nossa vontade de que nesta Universidade se crie uma lei que una a erudição e a ciência à fé, e que forme a juventude para a religião não menos que para as discipli-

nas liberais. Resolvemos, portanto, confiar aos bispos dos Estados Unidos a direção dos estudos bem como os cuidados para a boa formação dos jovens, conferindo a autoridade e o cargo de chanceler ao arcebispo de Baltimore..."¹⁸.

18 *Ato de Leão XIII*, B. P. t. IV, p. 165.

IV. - S. PIO X

São Pio X, entre tantos títulos de glória, possui em grau eminente o de ser, como o definiu S. S. Pio XII, o *Papa da doutrina cristã*; da doutrina cristã ensinada não só por meio da pregação, mas de modo especial por meio do *catecismo*. Aureolado com êste título, êle refulge na Igreja como um dos maiores defensores e promotores da educação cristã da juventude.

Não é possível recordar todos os documentos públicos ou privados, solenes ou íntimos, nos quais se manifesta o zelo de S. Pio X pela instrução religiosa. Recordemos pelo menos a Carta ao arcebispo de Paris, cardeal Richard, *Quod a catechismus*, de 8 de dezembro de 1903¹⁹; a Encíclica *Acerbo nimis*, de 15 de abril de 1905 que permanece como o estatuto definitivo do ensino da doutrina cristã; a Encíclica *Editae saepe Dei*, de 26 de maio de 1910, por ocasião do 3º centenário de S. Carlos Borromeu²⁰ na qual lemos:

¹⁹ PII X *Pontificis Maximi Acta*, dezembro 1903.

²⁰ *Atos de Pio X*, B. P., pp. 81-118.

“De tal instrução cristã aparece evidentemente aumentada a necessidade seja por todo o andamento dos tempos e dos costumes modernos, seja particularmente por aquelas escolas públicas, privadas de toda religião, onde constitui quase um passatempo zombar de todas as coisas santas, e onde igualmente estão abertos à blasfêmia os lábios dos mestres e os ouvidos dos alunos. Falamos da escola que se intitula por suma injúria *neutra* ou *leiga*, mas que não passa de uma tirania prepotente de uma seita satânica. Um tal novo jogo de hipócrita falsidade, vós já denunciastes em alta voz e intrepidamente, ó veneráveis irmãos, máxime nos países onde mais afrontosamente foram pisoteados os direitos da religião e da família, antes sufocada a voz mesma da natureza que exige respeitada a fé e o candor da adolescência.

A fim de remediar, na medida em que Nos é possível, um tão grande mal, provocado por aquêles mesmos que, enquanto dos outros pretendem obediência, negam-na ao Senhor supremo de todas as coisas, recomendamos que se instituam nas cidades oportunos cursos de religião. E se bem estas obras, graças aos vossos esforços tenham conseguido até agora bons resultados, é sumamente desejável que sempre mais diffusamente se propaguem, isto é, que tais escolas se abram por toda parte e floresçam em mestres respeitá-

veis por mérito de doutrina e integridade de vida”²¹.

Com o seu decreto “libertador” *Quam singulari*, de 8 de agosto de 1910, sobre a comunhão das crianças, Sua Santidade Pio X deu à obra da educação da infância e da juventude um contributo de excepcional importância. Restabelecendo a doutrina da Igreja primitiva, o Papa restituiu à criança o mais belo e sacro dos seus direitos: o seu direito a Cristo e à vida nela de Cristo. Abriu à criança e ao jovem a autêntica fonte do dinamismo espiritual que assegura a felicidade e a fecundidade da vida. A tática dos ímpios consistia e consiste ainda em arrancar a alma do jovem do seu Deus, de Cristo Jesus. Era êste o objetivo de tantas lutas empreendidas e de outros tantos atentados perpetrados. Com um intuito mais que genial, S. Pio X considerou que, diante desta tática, era necessário penetrar no vivo, se assim é possível dizer, da tática adversária; era necessário levar as crianças ao coração de Cristo, divino refúgio, abrir a Cristo os seus corações, no frescor da sua pureza para que Cristo as enchesse do seu amor e da sua força infinita.

Sob êste aspecto, não merece talvez o Sumo Pontífice ser proclamado admirável educador da infância e da juventude?

21 *Atos de Pio X*, B. P., pp. 100-101.

V. - PIO XI

Breve análise da Encíclica "Divini illius Magistri".

Eis finalmente a Encíclica que poderemos muito bem definir "clássica" a respeito da educação da juventude e que, segundo a expressão dos bispos franceses na sua declaração emitida na Assembléia geral de 3 e 4 de abril de 1951, "permanece, nesta matéria, sendo como o documento fundamental"²²: a Encíclica *Divini illius Magistri* de S. S. Pio XI, de 31 de dezembro de 1929.

Antes de uma breve análise dessa Encíclica, convém relevar que Pio XI não havia esperado até esta data para pronunciar-se com particular solicitude sobre o problema da educação da juventude. Já em 25 de agosto de 1927, endereçava ao presidente geral da Ação Católica Italiana uma carta onde desenvolvia fortemente a idéia de que a Igreja sempre considerou o problema da escola como seu, e isto não por conces-

²² *Docum. Cath.* de 22 de abril de 1951, Col. 455.

são humana, mas em virtude do divino e inalienável direito proveniente “da sua tríplice missão: de ensinar, santificar e governar espiritualmente tanto os indivíduos como a sociedade, tríplice missão que foi confiada pelo seu fundador...”²³.

É conhecida a *ocasião* da Encíclica *Divini illius Magistri*: as pretensões e os atos “totalitários” de Benito Mussolini sobre a formação da juventude²⁴. Igualmente são conhecidas a impressão e a reação produzidas pela Encíclica, de modo particular na Itália, mas também na França, no tempo da “celebração do cinquentenário das leis que haviam criado o ensino gratuito, leigo e obrigatório, e do centenário do nascimento de Júlio Ferry”²⁵.

Na *Introdução*, Pio XI expõe os motivos do seu ato, e mostra a *essência e a excelência da educação cristã*.

A Encíclica divide-se em quatro partes:

23 Pio XI e a Ação Católica, pp. 393-394; *Docum. Cath.*, 1930 t. I, col. 427.

24 Encontram-se interessantes detalhes sobre os próprios do conflito e sobre os acontecimentos que precederam a publicação da Encíclica, no livro do Pe. FOUQUÉ, *L'Eglise et l'Ecole* pp. 107-118.

25 Proposta de lei de Herriot, 20 de abril, 1930... ver *Journal officiel* de 4 de julho de 1930, debates parlamentares; *Chambre, Journal officiel*, de 5 de dezembro de 1930. Documentos parlamentares, *Senat*, anexo nº 598. Nesta ocasião a Encíclica de Pio XI foi objeto dos humores do Parlamento francês, de graves injúrias por parte de M. François Albert, bem como de subtilezas flechadas de Herriot.

PRIMEIRA PARTE: *A quem cabe a educação?*

O Papa explica:

A) *em geral*: a três sociedades — duas de ordem natural: a família, a sociedade civil — uma de ordem sobrenatural: a Igreja — cabe a educação numa medida proporcionada à coordenação dos seus respectivos fins.

B) *em particular*: a) à Igreja: títulos sobrenaturais e supra-eminentes: 1º *missão* recebida de Cristo; 2º *maternidade espiritual* da Igreja; 3º *extensão* dos direitos da Igreja sobre *todos os gêneros de cultura*; 4º *em harmonia* perfeita com os direitos da *família* e do *Estado*.

b) à *Família*: 1º fundamento da mesma ordem natural, da *missão* educadora da família; 2º direito da família *precedente e superior* ao do Estado; 3º direito conseqüentemente inviolável; 4º verdades fixadas pelo *direito natural* que ratifica o *senso comum* e sancionam o *código de direito canônico* e o *direito divino*.

c) ao *Estado*: 1º fundamento-fim próprio do Estado que é o de assegurar à sociedade o bem comum temporal; 2º daqui, duas funções do Estado: *proteger e fazer progredir* as famílias e os indivíduos, sem *absorvê-los nem substituí-los, respeitar os direitos da Igreja e das famílias*. O Papa condena formal e vigorosamente toda forma

de *monopólio* em matéria de ensino. O Estado pode reservar-se o direito de instituir e dirigir as escolas que preparam a certas funções públicas, de modo especial ao exército; mas deve cuidar-se bem de não impor um sistema de militarismo excessivo em tôdas as escolas. Pode também reservar-se a educação cívica de conformidade, porém, com o direito natural e a doutrina da Igreja.

Daqui a necessidade e a vantagem do *acôrdo* entre a Igreja e o Estado ²⁶.

SEGUNDA PARTE: *Objeto da educação.*

É o homem completo, “qual o fazem conhecer a reta razão e a revelação”.

Daqui a condenação:

- a) do *naturalismo pedagógico* e dos sistemas que dêle derivam (pretensa autonomia e liberdade sem limites);
- b) das *falsas doutrinas sobre a vocação*;
- c) da *educação sexual* “tipo de naturalismo sumamente perigoso”;
- d) da *co-educação sexual*.

TERCEIRA PARTE: *ambiente da educação.*

a) a *família cristã*, “primeiro ambiente natural e necessário”. O Pontífice lamenta a decâ-

²⁶ Referência às Encíclicas de Leão XIII *Immortale Dei* e *sapientiae christianae*.

dência da educação da família, esconjura os pastores de almas... a chamarem novamente os genitores cristãos a cumprirem seus gravíssimos deveres.

b) a Igreja, "a grande família de Cristo". A sua ação deve desenvolver-se através dos Sacramentos, da liturgia, dos edifícios sagrados, as *escolas cristãs* e as instituições que têm por fim a educação da juventude à piedade, ao estudo das letras e das ciências, à recreação e à cultura física.

c) A *escola* instituição auxiliar e complementar da família e da Igreja. Dois tipos de escolas devem ser evitados pela família cristã: 1º a escola *neutra* ou *leiga*, "da qual é excluída a religião" e que conseqüentemente é contrária aos princípios fundamentais da educação"; ela não é "praticamente" possível, porque na realidade torna-se "irreligiosa"; 2º a escola *mista* que "se abre indiferentemente aos católicos e aos acatólicos". — Por escola "mista" entende-se também a escola que acolhe alunos de ambos os sexos.

Esta escola (no duplice sentido) "não pode ser absolutamente *tolerada senão a juízo do Ordinário em circunstâncias bem determinadas de tempo e lugar e sob especiais garantias*".

Que escola deve então ser aprovada?

A escola católica. Com que condições uma

escola é católica? Não é suficiente “que ali se ministre uma instrução religiosa... é necessário que toda a sua organização, o pessoal, os programas, os livros e a mesma disciplina sejam guiados por um espírito verdadeiramente cristão sob a direção e a materna vigilância da Igreja, de modo que a religião seja o fundamento e o fim de todo o ensino”.

Como realizar uma escola assim compreendida em países de confissão mista?

A objeção é que em tais países é quase impossível ao Estado prover a instrução pública senão através da “escola neutra ou mista”. Falso pretexto. O Estado tira maior proveito moral e encontra mais facilidade em prover a instrução pública.

“concedendo a liberdade e vindo em ajuda com iguais subsídios à iniciativa e à ação da Igreja e das famílias”.

Exemplo de povos divididos em confissões religiosas: Holanda, Inglaterra... Acusa-se a Igreja de totalitarismo: é um absurdo.

A Igreja quer para os seus um ensino integralmente cristão, mas não deseja de modo algum impor este ensino a todos. Os partidários do totalitarismo são os laicistas que pretendem impor a todos a sua escola, ou que praticamente deixam os outros na impossibilidade de escolher a

sua escola. É uma questão de princípio, onde é empenhada a justiça distributiva mais que a liberdade e o direito familiar.

O Papa exorta vivamente os católicos "*a quererem e a defenderem suas escolas, mesmo a preço de grandes sacrifícios, para obterem leis justas em matéria de ensino*". Louva do profundo do seu coração tôda iniciativa ou obra empreendida neste sentido. Dá sábios conselhos a fim de assegurar a harmonia do ensino com a verdade cristã. E conclui relembrando a necessidade de um bom *recrutamento* e sobretudo *de uma boa formação dos mestres cristãos*.

QUARTA PARTE: *fim próprio e forma da educação cristã.*

Formar Cristo no homem. O Papa faz aqui considerações de uma altura e de uma amplidão verdadeiramente agudas, que põem à viva luz a excelência e a grandeza da educação da juventude.

Por isso mesmo a educação cristã mira *formar os cidadãos mais úteis e mais respeitáveis*.

Este complexo de tesouros educativos "de valor infinito" constituem "o bem próprio da Igreja" como a sua "substância". A Igreja é "mãe fecunda, educadora soberana e perfeita". O Papa cita o admirável elogio de S. Agostinho: "Igreja Católica, mãe verdadeiríssima dos cristãos...".

"Concluindo, o Pontífice convida os fiéis a pedirem a Deus de recolher e multiplicar em todo o mundo sempre mais em vantagem dos indivíduos e das nações os esplêndidos frutos da educação cristã".

Pio XI não mais intervém com outra tanta solenidade em matéria de educação da juventude. Mas a 21 de junho de 1931, contra as novas e totalitárias pretensões do Estado Italiano, lançava a Encíclica *Não precisamos*. Indubitavelmente esta Encíclica era um vivo protesto contra a guerra movida em oposição a *Ação Católica*, que o Papa costuma chamar de "a pupila dos nossos olhos"; mas tinha também o escopo de defender a juventude do monopólio estatal.

Em várias outras circunstâncias, a propósito de diversos argumentos, o Papa fará ainda urgentes instâncias sobre a *instrução religiosa*. Assim a 26 de abril de 1932, com a carta apostólica *Hac alma* designava S. Carlos Borromeu e S. Roberto Belarmino patronos da Arquiconfraria da Doutrina Cristã bem como de todos os institutos de instrução religiosa existentes no mundo²⁷. Mais tarde, exatamente a 12 de janeiro de 1935, cumprindo a vontade do Papa, a Sagrada Congregação do Concílio emanava o Decreto *Provido sane* sobre o ensino do catecismo a ser ministrado com mais cuidado e com maior insistência²⁸.

27 A. A. S. XXIV, 1932, p. 196.

28 A. A. S. XXVII, 1935, p. 145.

A 18 de janeiro de 1939, Pio XI dirigia "aos arcebispos, bispos e a todos os Ordinários das ilhas Filipinas", a importantíssima Carta Apostólica *Com singular*²⁹. Nesta Carta, último eco solene do pensamento e da vontade do grande Pontífice sobre a *Ação Católica* e sobre a sua tarefa no apostolado da Igreja, Pio XI retorna mais uma vez com veemência a tratar da instrução religiosa, insistindo sobre a urgência da criação e do desenvolvimento de "organismos adaptados à preparação dos catequistas e das catequistas".

O zelo do Papa, porém, não se limita só à infância ainda ignara dos elementos da Doutrina Cristã. Chega às classes *cultas*, aos jovens já instruídos, particularmente à *juventude universitária*, aos "estudantes da universidade que representam os futuros dirigentes da sociedade, nos diversos setores da cultura intelectual, do comércio, da indústria e da política". Encontraremos a este propósito na Carta *Com singular* sobre a *Ação Católica* insistentes e sábias exortações.

Além disso Pio XI nos deu, como diz com feliz expressão S. E. Mons. Blanchet, o *estatuto dos Institutos Católicos*, vale a dizer do *ensino cristão superior*. Na constituição apostólica *Deus scientiarum Dominus*, de 24 de maio de 1931, depois de esboçar, com traços luminosos, o quadro

29 A. A. S. XXXIV, 1932, pp. 252-264.

da ação da *Igreja*, dos primitivos tempos até os nossos, pela criação e desenvolvimento das Universidades Católicas, o Pontífice recorda a necessidade, que se torna mais que nunca urgente pela evolução dos tempos, do *ensino cristão superior* e anuncia que

“constituiu junto à Sagrada Congregação dos Seminários, uma comissão de pessoas, eminentes pela sua inteligência e experiência, com o encargo específico de estudar e decidir tudo quanto concerne à organização e aperfeiçoamento das Universidades e Faculdades dos estudos eclesiásticos... Esta comissão, depois de longo e assíduo trabalho, assistida também por eminentes doutores estrangeiros, com zelo digno de todo encômio, concluiu felizmente a sua obra sob os auspícios e a direção Nossa. Isto porque... com ciência certa e com a plenitude do poder apostólico decretamos e prescrevemos as seguintes leis e regras, e portanto ordenamos que sejam observadas por todos os que a elas dizem respeito”. Segue o texto destas leis e regras³⁰.

³⁰ Ver o texto latino da Constituição apostólica e das “normas” que seguem nos *Atos de S. S. Pio XI* B. P. t. VII, pp. 52-88. Ver também o texto integral latino das *Ordinationes* (regras) da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades, concernentes à boa execução da Constituição apostólica *Deus scientiarum Dominus* de 12 de junho de 1931, no mesmo volume dos *Atos de S. S. Pio XI*. B. P. pp. 361-405.

PIO XII E A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE

Se justamente Pio XII foi chamado o Papa da paz, da vida social, da vida internacional, com igual razão merece também o título de "Papa da infância e da juventude".

Não é nossa intenção aqui falar da obra de caridade de Pio XII para com a infância e em particular para com a infância abandonada.

Na nossa obra, *Sa Sainteté Pie XII et la paix du monde*¹, já descrevemos o desenvolvimento desta ação durante e depois da guerra. Vimos os prodígios cumpridos por Pio XII para socorrer as pobres pequenas vítimas da guerra, de modo especial os deportados e os sem teto, vítimas inocentes do nazismo ou da barbárie bolchevista. Essa ação caritativa, levada a efeito pelo Papa em pessoa ou por organismos por êle criados ou encorajados, bem longe de se arrefecerem com o

1 Livraria Beauchesne, Paris.

tempo, não fêz senão crescer sempre mais diante das dificuldades econômicas, dia a dia mais graves num mundo em ruínas...

Como expressar a ternura particularmente comovedora com que o Santo Padre se inclina sobre as crianças tôda vez que a um seu chamado ou por desejo dos pais estas lhe são apresentadas! Espetáculo êste, em que o encanto só encontra semelhança, na nobreza e na grandeza. Vendo o Papa naqueles momentos, sente-se palpar, nos seus gestos e nas palavras, a sua alma entusiasmada com a inocência e exultante, qual novo Mestre dizendo: "Deixai vir a mim as criancinhas". A êste propósito é necessário relevar de modo particular a Carta encíclica *Quemadmodum*, de 6 de janeiro de 1946², sobre o dever de se ocupar mais ativamente com as crianças pobres; a alocução endereçada a um grupo de crianças abandonadas, de 28 de outubro de 1945³; a radiomensagem aos alunos das escolas católicas dos Estados Unidos, apelando à sua caridade em favor das crianças da Europa e do Extremo Oriente, de 19 de fevereiro de 1947⁴; a radiomensagem, sempre aos alunos dos Estados Unidos, inaugurando a campanha em favor das crianças da Europa e do Extremo Oriente, de 11 de fevereiro de 1948⁵; a Carta de 24 de dezembro de

2 *Osserv. Rom.*, 6 de janeiro, 1946.

3 *Osserv. Rom.*, 29-30 de outubro, 1945.

4 *Osserv. Rom.*, 21 de fevereiro de 1947.

5 *Osserv. Rom.*, 14 de fevereiro de 1948.

1948 a S. E. Mons. M. Nicolas, arcebispo de Cincinnati, em favor dos refugiados e particularmente "do exército sem número de crianças que, privadas de seus pais, sem recursos e sem sustento, levam uma vida de privações"⁶; a radiomensagem de 22 de fevereiro de 1950 às crianças das escolas católicas dos Estados Unidos...⁷.

Mas não é sob este aspecto que nós entendemos considerar a questão da infância. Nosso principal escopo é ocupar-nos com a *educação cristã* da juventude. Ora, a este problema — se bem a atividade de Pio XII fôsse absolvida por bem outros problemas de urgência mais trágica, como os da guerra e da paz, da ordem social entre os povos, da ordem internacional, da ordem religiosa, doutrinal e disciplinar, de ordem pastoral e principalmente apostólica — também se dedicou com angústia e constante solicitude. E se bem sobre este argumento não tenha escrito nenhuma encíclica, nunca deixou de comentar, em forma própria e pessoal, sob pontos de vistas particulares sugeridos por circunstâncias ou por acontecimentos, com adaptações e acomodações, com tôdas as atenções, e todos os desenvolvimentos necessários e úteis, a doutrina fundamental exposta de modo incisivo por Pio XI, *sem mudar um jota desta doutrina, sem atenuar de algum modo as suas exigências práticas*.

⁶ Osserv. Rom., 14 de janeiro de 1949.

⁷ La Croix, 4 de março de 1950.

Mais de uma vez foi dito, talvez para justificar os propósitos dos governantes "leigos" e as retratações de alguns católicos, que a Encíclica *Divini illius Magistri* teve o seu tempo e que o Papa Pio XII, conformando-se com as "aspirações modernas" e a uma nova situação dos Estados, adotava uma política escolástica diversa de seus predecessores. É esta uma *absurda calúnia*. Sobre a grave questão da educação e da escola, *Pio XII não é senão a continuação de Pio XI*. Estaríamos antes propensos a afirmar que, em mérito, com formas mais ágeis e com linguagem maravilhosamente adapta, Pio XII mostra ainda maior tenácia, maior força *jurídica*, que o seu predecessor.

Pio XII teria declarado explicitamente que, se a Encíclica *Divini illius Magistri* não tivesse sido escrita, tê-la-ia escrito êle mesmo exatamente no mesmo sentido e com as mesmas conclusões. Não sabemos se a afirmação é autêntica. É certo, porém, que Pio XII agiu superabundantemente em equivalência com a Encíclica de Pio XI. O seu ensinamento a propósito está esparso e como que diluído nas suas múltiplas e variadas mensagens; encontramos-lo também condensado com vigor em vários documentos, e do complexo das suas obras é fácil concluir o *estatuto*, o *programa* e o *ideal da educação cristã, da juventude*, diremos melhor, uma verdadeira e magnífica *orientação da educação cristã*.

I. - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO

*Deveres e direitos respectivos
da Família, da Igreja, do Estado*

Desde a sua Encíclica inaugural, a *Summi Pontificatus*⁸, o Santo Padre põe, com absoluta firmeza, os *princípios essenciais, fundamentais da educação*. Depois de analisar e estigmatizar um primeiro gênero de erros provenientes do agnosticismo religioso e moral, como o funesto esquecimento da lei de universal solidariedade, e um segundo gênero, como a deificação do Estado, que marcha inexoravelmente para o absolutismo e totalitarismo, em evidente oposição com as atividades privadas e com os direitos da família, “primeira e essencial célula da sociedade”, Pio XII descobre imediatamente a *consequência fatal desta deificação do Estado em se tratando da educação e*

⁸ 20 de outubro de 1939.

ergue a voz contra os métodos que se preocupam exclusivamente com a educação cívica da juventude.

“Assim escreve êle — a educação das novas gerações não miraria a um equilibrado, harmônico desenvolvimento das fôrças físicas e de tôdas as qualidades intelectuais e morais, mas a uma unilateral formação das virtudes cívicas, que são consideradas necessárias para os sucessos políticos; as virtudes, em vez, que dão à sociedade o perfume da nobreza, de humanidade e respeito seriam menos inculcadas, como se deprimissem o orgulho do cidadão...”.

A alusão é mais que evidente: de um lado o *nazismo*, do outro o *marxismo*. Êste de fato mira a destruição da família, considerando os indivíduos isolados, sujeitos à esmagadora tutela do Estado (dirigido pelo Partido), cabendo a êle tôda providência e sem o qual nada podem fazer. Em semelhante sistema as crianças serão recolhidas e educadas pelo Estado; a juventude será arregimentada nas formações para militares, até que a fábrica (oficina ou kolkoz) cortarâ os últimos vínculos do sangue, considerando o operário e o cidadão como máquinas de produção. O nazismo pretendia salvaguardar a família, mas acabou considerando-a mais ou menos como mera fornecedora de cidadãos, de operários, de soldados dos quais o Reich necessitava. Como a criança não mais exigia os cuidados maternos, era

incorporada na juventude hitleriana, afastada o máximo possível de sua família. A *missão educadora do ambiente familiar* era assim *totalmente esquecida* quando não *temida e combatida*.

Na mesma Encíclica *Summi Pontificatus*, no capítulo relativo à deificação do Estado, após dizer que êste, quando saiu a Encíclica (estamos em outubro de 1939), possui um direito mais vasto que o ordinário sôbre os indivíduos e as famílias, o Pontífice fixa os *limites da intervenção estatal*.

“Quanto mais gravosos são os sacrifícios materiais pedidos pelo Estado aos indivíduos e às famílias, tanto mais sagrados e invioláveis devem ser os direitos das consciências. Pode pretender bens e sangue, mas nunca a alma, por Deus redimida”.

Dêste princípio o Santo Padre deduz as devidas conseqüências para aquilo que concerne à educação. Neste parágrafo luminoso ressalta as seguintes verdades: 1) o *direito de educar as crianças cabe primeiramente aos pais*; 2) indubitavelmente, a educação deve preparar a juventude ao cumprimento dos seus deveres cívicos, porém 3) a *educação é antes de tudo e sobretudo eminentemente de ordem espiritual*; tem por fim *primário a formação da alma*; 4) o Estado, por outro lado, *aufere as melhores vantagens* de uma formação entendida e praticada neste sentido.

Este passo da Encíclica, tão belo, emotivo, luminoso e às vezes forte e tão bem documentado, deve ser considerado e meditado tanto pelos pais como pelos educadores da juventude:

“A missão confiada por Deus aos pais de prover o bem material e espiritual da prole e proporcionar-lhe uma formação harmônica, impregnada de verdadeiro espírito religioso, *não lhes pode ser arrebatada sem grave lesão do direito*. Esta formação deve certamente ter também o escopo de preparar a juventude a cumprir com inteligência, com ciência e orgulho os deveres de nobre patriotismo, que dá à pátria terrestre tôda a devida medida de amor, de dedicação e colaboração. Mas por outro lado uma formação que esquece ou, pior ainda, voluntariamente deixa de dirigir os olhos e o coração da juventude à pátria sobrenatural, seria uma *injustiça contra a juventude, uma injustiça contra os inalienáveis deveres e direitos da família cristã, uma invasão, contra a qual se deve lutar também no interesse do povo e do Estado*. Uma semelhante educação poderá talvez parecer àqueles que por ela são responsáveis uma fonte de maior força e vigor; na realidade seria o contrário, e as tristes consequências o provariam. O crime de lesa-majestade contra o “Rei dos reis e o Senhor dos senhores” (1 Tim 6,15; Apc 16,16) perpetuado por uma educação indiferente ou contrária ao espírito cristão,

a oposição ao "*deixai que as criancinhas venham a mim*" (Mc 10,14) ocasionaria frutos desastrosos.

O Estado, em vez, que alivia os estraçalhados e dilacerados corações dos pais e das mães cristãs das suas preocupações e restabelece os seus direitos, não faz senão promover a sua mesma paz interna e pôr os fundamentos para um mais feliz futuro da pátria.

As almas dos filhos doadas por Deus aos pais, consagradas no Batismo com o sêlo real de Cristo, são um sagrado depósito, sôbre o qual zela o amor ciumento de Deus. O mesmo Cristo que pronunciou o "*deixai que as criancinhas venham a mim*", ameaçou também, não obstante a sua misericórdia e bondade, terríveis males aos que escandalizam os prediletos do seu coração. E qual escândalo é mais prejudicial a uma geração e mais duradouro numa formação do que uma juventude mal orientada para uma meta que afasta de Cristo, *caminho, verdade e vida*, e conduz a uma apostasia manifesta ou oculta? O Cristo, do qual se pretende afastar as jovens gerações presentes e futuras, é o mesmo que recebeu do seu Pai Eterno todo poder no céu e na terra. Êle detém em suas mãos poderosas os destinos dos Estados, dos povos e das Nações. Só êle pode diminuir ou prolongar a vida, o crescimento, a prosperidade e a grandeza. De tudo quanto há sôbre a terra, só a alma vive eternamente. *Um sistema*

de educação, que não respeitasse o recinto sagrado da família cristã protegido pela santa lei de Deus, atacasse as suas bases, fechasse à juventude o caminho a Cristo, às fontes de vida e de alegria do Salvador (cfr. Is 12,3), considerasse a apostasia como símbolo de fidelidade ao povo ou a uma determinada classe, *pronunciaria* contra si mesmo a *condenação* e verificaria a seu tempo a inelutável verdade das palavras do profeta: "Os que se afastam de ti serão inscritos sobre a terra" (Jer 17,13).

Não foi talvez condenada, desde os primórdios do pontificado de Pio XII, a escola que se ergue contra princípios tão seguros, contra uma doutrina que tem como fundamento o *Evangelho*, o *direito divino positivo* e o mesmo *direito natural*? Tal escolar, reprovada pela primeira encíclica do Papa, *é a escola sem Deus...* E tal reprovação Pio XII a formulará também mais tarde e em numerosas circunstâncias de maneira mais explícita. No seu discurso de 24 de fevereiro de 1951, por exemplo, por ocasião do 4º centenário do colégio Romano, o Papa dirá:

"A experiência adquirida principalmente no último século não deveria deixar margem a mais alguma dúvida sobre os benefícios que derivam da escola católica, ou guiada pelos seus princípios; pelo contrário, deveria encher de angústia toda alma que saiba pensar com senso de responsabilidade

na juventude tão tenra, diante das *ruínas que aos indivíduos e à sociedade acarreta a escola sem Deus*"⁹.

Falando aos membros da União Católica pela instrução pública na França, em 26 de março de 1951, Pio XII não hesitava em dizer:

"Não obstante a contínua solicitude e a insistência da Igreja em inculcar aos pais católicos o seu dever primordial de dar aos filhos *uma educação onde o elemento religioso, doutrinal e moral não seja separado da instrução puramente humana, mas pelo contrário a penetre intimamente*; não obstante os encorajamentos por ela dados aos católicos militantes que prodigalizam com desinteresse esforços e sacrifícios para *promover e sustentar a escola declaradamente católica*, não é menos verdade que um grande número de jovens dela não se afastam...".

Não é talvez evidente que também diante dos membros da instrução pública o Papa deplora a grande lacuna que vicia pela raiz a escola sem Deus?

Mas examinemos a *série contínua* dos ensinamentos de Pio XII sôbre os *fundamentos primordiais da educação cristã*.

Na *Mensagem Natalícia* de 1942, que trata das "regras fundamentais que devem assegurar a

9 Osserv. Rom., 25 de fevereiro de 1951.

ordem interna dos Estados e dos povos”, o Papa dá, com estas “regras”, um pôsto de primeira ordem à *formação e educação religiosa da pessoa humana*. É êste um dos direitos mais *essenciais da pessoa*.

“... Você deseja que a estrêla da paz desponte e se firme sôbre a sociedade?... Sustente e respeite o direito fundamental da pessoa: o direito de manter e desenvolver a vida corporal, intelectual e moral e *particularmente a uma formação e educação religiosa*... Dê à família, insubstituível célula do povo, espaço, luz, ar, para que possa atender à missão de perpetuar nova vida e *educar os filhos* num espírito correspondente às próprias verdadeiras convicções religiosas...”¹⁰

Pouco mais adiante o Santo Padre insiste sôbre a confiança e a ajuda mútua que deve reinar entre a *escola e a família*:

“Cuide sobretudo para que entre a escola pública e a família renasça o vínculo de confiança e de mútua ajuda que em outros tempos produziu frutos tão benéficos e que hoje foi substituído pela desconfiança lá onde a escola, sob o influxo ou o domínio materialista, envenena e destrói o que os pais haviam semeado na alma dos filhos”¹¹.

10 Edição especial de *L'Action Populaire* col. *Renouveaux*, nº 1, pp. 39-40, 43-45; nº 40 e 43.

11 *Op. Cit.*, nº 45.

Como é comovente ver o Sumo Pontífice inclinar-se com particular solicitude para os filhos dos operários e pedir uma organização social “que facilite a educação superior aos filhos da classe operária melhor dotados de inteligência e de boa vontade”! ¹².

Em 10 de maio de 1945, por ocasião da apresentação das credenciais de Jacques Maritain, embaixador da França junto ao Vaticano, Pio XII no seu discurso deu a entender, com palavras graves e referência particular ao argumento da educação cristã da juventude, que à primeira vista poderia parecer inoportuno na citada circunstância, a sua preocupação. Dizia:

“... Não podemos senão expressar a esperança de ver todos os organismos, chamados a construir a nova França, trabalharem para consolidação de confiantes relações, *sobretudo no terreno sagrado do ensino e da educação cristã da juventude*, a franca clareza e a sincera compreensão que constituem um dos primeiros deveres de toda sábia e clarividente política” ¹³.

No mesmo ano, na radiomensagem às famílias da França, em 17 de junho, S. S. recordava aos pais de família, convocados em Montmartre, o grande e indispensável dever bem como o direito inalienável em ato de educação:

¹² *Op. Cit.*, nº 47.

¹³ *Osserv.*, *Rom.*, 14 de maio de 1945.

“... Em nome, portanto, das vossas famílias e da França, defendei a santidade do matrimônio e a unidade do lar, minado pelo divórcio; *defendei a autoridade dos pais e a sua liberdade de educar cristãmente* os filhinhos; defendei a infância e a adolescência contra as propagandas ímpias e desonestas, contra a sedução dos espetáculos escandalosos, contra as licenciosidades perniciosas de uma imprensa e de um rádio sem controle...”¹⁴.

No mês de julho de 1946 comemorou-se em Saint-Hyacinthe, em Montreal, a XXII Semana Social do Canadá, dedicada ao problema da educação da juventude. Na ocasião, Pio XII endereçou, com data de 27 de julho de 1946, ao Revmo. Pe. Archambault, S. J., presidente do convênio, uma Carta que nos parece, sobre o argumento que estamos tratando, um dos documentos doutrinários mais importantes. Citaremos pelo menos o parágrafo onde o Papa “condenou” o complexo de verdades que são o objeto, sobretudo nestes últimos tempos, do ensinamento aprofundado da Santa Sé:

“Sobre este problema Nós sempre insistimos, e na confusão deste após-guerra tornou-se de palpitante atualidade. Para reconstruir o mundo, ou melhor, para reconstruir a sociedade, não se deve talvez começar com as novas gerações que serão

¹⁴ Texto publicado em *La Croix* de 24-25 de junho de 1945, reproduzido nos *Doc. Cath.* de 8 de julho de 1945, col. 485.

os homens do amanhã? Não é portanto exagerada a importância deste problema e Nós queremos alegrar-Nos com o Canadá católico, onde, graças a Deus, os recursos religiosos e familiares são ainda muito abundantes, onde a ordem do Criador: *crecei e multiplicai-vos* ainda encontra tão largo eco a ponto de dar o nobre exemplo de concentrar sobre o problema capital da juventude todas as suas solitudes e os esforços durante a Semana Social de São Jacinto. Sobre este argumento há um acúmulo de verdades, que, sobretudo nestes últimos tempos constituíram objeto de estudos profundos por parte da Santa Sé. É necessário talvez recordar o Código da educação da juventude, constituído pela Encíclica *Divini illius Magistri*? Nêle as *respectivas posições da família, da Igreja e do Estado* estão perfeitamente delineadas. Se se quer verdadeiramente formar uma juventude pela qual se possa esperar um futuro melhor para a sociedade, é necessário *recordar os direitos imprescritíveis e naturais da Igreja e da Família neste campo.*

O Estado tem, sem dúvida, uma parte importante, mas não absolutamente a que lhe atribui a concessão totalitária do paganismo antigo e moderno. Daqui deriva a necessidade de fazer triunfar em toda parte as justas leis do ensino, pregadas pela moral natural, pela mais elementar justiça, bem como pelas máximas do Evangelho e da ordem cristã..

Outros problemas conexos. chamarão também a vossa atenção...".

O Papa, aludindo às difíceis condições nas quais hoje em dia se debate a juventude, pede que a ajudemos a resolver tantas e graves dificuldades de ordem educativa, profissional e familiar. Dá enfim diretivas singularmente realísticas sobre questões de pedagogia moderna, sobre a organização dos divertimentos, "um moderado exercício dos esportes", tudo quanto enfim possa contribuir na "formação completa do homem e do perfeito cristão" ¹⁵.

Alguns anos depois, em 18 de setembro de 1951, um grande grupo de Pais de famílias francesas, católicos militantes, tendo à frente Pierre Lemaire, presidente da peregrinação, e o abade Palet de Châlons-sur-Marne, diretor espiritual, e o Pe. Douillard de Lion, foi recebido pelo Papa em Castelgandolfo. Na alocução que lhes dirigiu, o Pontífice ressaltou os *direitos e deveres da família, de modo particular no campo da educação da juventude* ¹⁶.

Por ocasião do IV Congresso Internacional Católico da Infância, reunido em Constância de 5 a 9 de maio de 1953, o Papa endereçou, através de Mons. Montini, pró-secretário de Estado, a Delgrange Raoul, presidente da B. I. C. E., uma Carta onde lembrava mais uma vez os mesmos

¹⁵ Osserv. Rom., 25 de dezembro, 1946.

¹⁶ Osserv. Rom., 20 de setembro, 1951.

princípios fundamentais, os *direitos invioláveis* mas sobretudo os *imperiosos deveres da família* no campo da educação.

“... Assim, em muitíssimas ocasiões, o Santo Padre voltou a tratar das normas da *verdadeira educação* da consciência contra as pretensões de quem quer que desejasse subtrair a infância da lei moral e dos seus legítimos intérpretes ou, pelo contrário, subjugá-la ao poder totalitário. Enfim deplorou freqüentes vêzes os obstáculos interpostos aqui e ali ao direito mais sagrado do jovem católico, isto é, o de conhecer as verdades salvadoras da sua religião e de ser pôsto em condições de a elas aderir plena e livremente. E como o vosso Congresso estuda de modo especial os problemas da infância nas suas relações com a família, Sua Santidade nunca insistirá o suficiente sôbre *tão graves responsabilidades das famílias cristãs*, como “um talento que lhes foi confiado por Deus não já para empregá-lo em vantagem própria ou do Estado, mas para restituí-lo depois a Deus com os frutos que deverá produzir”¹⁷. Nos dias que atravessamos, tal responsabilidade é muitas vêzes difícil de ser exercitada. Condições de vida mais difíceis romperam os vínculos da intimidade familiar... Estas múltiplas circunstâncias, porém, longe de diminuir a missão própria da família, *exigiram antes dos pais um conhecimento mais*

17 Encíclica *Casti Connubii*.

aprofundado das suas funções de educadores, quando muito freqüentemente se verifica o contrário..." 18.

Não é exagerado sublinhar a insistência do Santo Padre, nesta Carta e em muitos outros documentos, sobre os *deveres da família no tangente à educação da prole*. Quantas vezes o Sumo Pontífice lamenta as lacunas e os vícios desta educação, a sua ausência total ou o modo defeituoso com que é ministrada!

"Hoje — diz o Papa — entre as famílias cristãs existem as modêlo nas quais se sente e se vive a grande responsabilidade de bem educar os filhos anexada por lei da natureza à paternidade; mas é também verdadeira, tristemente verdadeira; a *deplorável decadência da educação familiar*, em termos gravíssimos deplorada pelo Nosso imortal predecessor" 19.

Com que força o Papa chama os pais — ao lado dos seus direitos, a todos os seus deveres — ao seu imprescindível *dever* de dar aos filhos não uma educação *qualquer*, mas uma educação *verdadeiramente cristã, inteiramente cristã!* E a êste propósito, quantos erros e deficiências deploráveis existem!

18 Doc. Cath. de 31 de maio de 1953, col. 641-643.

19 Radiomensagem ao IV Congresso Interamericano de Educação Católica, no Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1951.

“A educação, que não se cuida de ser moral e religiosa, está mutilada na sua parte maior e melhor, transcura as mais nobres faculdades do homem; priva-se das energias mais eficazes e vitais e acaba deseducando, misturando incertezas e erros com verdades, vícios com virtudes, o mal com o bem. Hoje os melhores pedagogos o vêem, sentem-no e esforçam-se para remediar as deficiências passadas, aperfeiçoando os métodos e às vezes procurando fadigosamente uma educação nova. Mas a moral verdadeira e a verdadeira religião é uma só como uma só, é a Verdade fundamental e substancial: Deus; revelada: Cristo; conservada e ensinada sem erros e lacunas: a Igreja católica”²⁰.

Dar aos filhos uma *educação familiar verdadeiramente cristã, inteiramente cristã*, eis a obrigação que incumbe às famílias, tanto mais grave, quanto o Papa diz:

“a criança não educada ou deseducada é confiada à escola pública onde o ensino oficialmente neutro não forma, mas tantas vezes deforma os espíritos onde o ambiente é com espantosa frequência pouco são; sem falar das outras ocasiões de naufrágio religioso para uma incauta juventude...”²¹.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

Desta nossa análise, incompleta, resulta com qual clareza e insistência Pio XII relembra os *princípios fundamentais* que regem a educação da juventude; indica os *deveres e direitos respectivos da família, da Igreja e do Estado*, neste importantíssimo campo, segundo o *direito natural* e o *direito positivo divino* pela comum salvação da sociedade, dos povos e dos indivíduos.

II. - GRANDEZA E EXCELÊNCIA DA FUNÇÃO EDUCADORA

Mas Pio XII não se dá por satisfeito com relembrar os *fundamentos e os princípios essenciais* da educação. A que poderia ser chamada a sua *pedagogia escolástica* vai muito além e mais profundamente; ela apresenta um caráter pessoal muito distinto e onde se afirma, com uma psicologia das mais delicadas unida a uma rara compreensão da alma dos jovens, a fina sensibilidade do Sumo Pontífice. Quem de fato já ressaltou tão magnificamente e com tanto ardor de coração a *missão educadora*? Quem pôs em tão evidente relêvo a sua *grandeza e a excelência* como as suas dificuldades? Quem traçou com tanto amor e verdade o *quadro ideal do educador*?

Em toda ocasião quando se dirige a educadores públicos ou privados, Pio XII exaltava sua *missão*, dando a ela o *verdadeiro significado e toda a sua importância*. Compara de bom grado esta missão à do sacerdote. Falando em 24 de

abril de 1946 a um grupo de professores e estudiosos franceses, depois de exaltar a alegria de conhecer, celebra a alegria de ensinar e diz:

“... Uma profissão, *ministerium*, um ministério, a mesma palavra com a qual o sacerdote designa a sua sagrada missão!... Qual influxo não podereis exercer sobre os espíritos dos indivíduos, sobre o espírito público se levardes convosco a luz, na sua clareza, pura e serena, na sua leal e imparcial verdade, na sóbria elegância da sua veste literária!... Se em todos os membros destas beneméritas associações, o valor intelectual e profissional, o ardor do zelo fôsse igual à fé e ao fervor espiritual, pensais vós que seriam realmente necessárias muitas gerações para ver re-florar uma sociedade verdadeiramente sã e cristã?...”²².

Na segunda-feira da Páscoa de 1950, recebendo em audiência um grande grupo de professores e de estudiosos franceses, membros de Universidades ou de Associações do livre ensino na França, em peregrinação do Ano Santo, Pio XII exaltava com magníficas palavras a grandeza e a missão dos ensinantes em geral; depois, com termos comovedores e com tom mais ardente, saudava a dedicação dos mestres do ensino livre e

²² Osserv. Rom., 2 de abril, 1946.

acentuava com alegria a salutar fecundidade do seu trabalho, sob tantos aspectos tão difícil²³.

Na Carta dirigida a 31 de março de 1954 a S. E. o cardeal Valério Valeri, prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, o Sumo Pontífice exaltava a *alta missão dos religiosos ensinantes*. Sublinhando a importância e a bondade desta missão confiada na vida da Igreja a estes religiosos, recordava-lhes com vivacidade e com afeto os seus deveres mais essenciais e concluía recomendando calorosamente aos fiéis:

“... Por isto ninguém despreze os membros destas Congregações religiosas... nem desconheça a fecundidade do seu apostolado...”²⁴.

Esta mesma intenção, este mesmo objetivo do Santo Padre, revelam-se de modo especial nas alocuções por ocasião da beatificação e canonização de santos que se dedicaram à educação da juventude. Pio XII repete, em termos ricamente variados, o incessante *leitmotiv* da grandeza, do esplendor, da santidade, mas também da absoluta necessidade da educação cristã e das condições mais eficazes para podê-la realizar. Pode-se recolher a mancheias exemplos nos discursos e nos escritos do grande Pontífice. Limitar-nos-emos aos que nos parecem melhores e mais densos de ensinamento.

23 *Osserv. Rom.*, 10 de abril, 1950.

24 *Osserv. Rom.*, 7 de abril 1954

Digno de nota sob êste aspecto é o discurso de 19 de maio de 1946 dirigido às damas e às comunidades da Assunção, alunas e professoras, onde o Papa tece um caloroso elogio à fundadora Maria Eugênia de Jesus e põe em relêvo os pontos mais importantes da sua pedagogia ²⁵.

Em 14 de abril de 1947, por ocasião da beatificação de Contardo Ferrini, na audiência geral na qual participavam muitos cardeais, entre os quais o de Milão, numerosos bispos, personalidades leigas e universitárias, o Papa, no discurso, celebrou com feliz expressão a ciência humana, a ciência religiosa, a ciência da caridade de Cristo, e tirou dêstes luminosos aspectos altos e sérios ensinamentos concernentes aos universitários e aos preceptores em geral ²⁶.

Digníssimo de nota, sob o mesmo aspecto, é o discurso pronunciado pelo Papa na audiência pontifical por ocasião da beatificação do irmão Benildo das Escolas Cristãs, em 5 de abril de 1948 ²⁷.

Em 22 de novembro de 1948, S. S. Pio XII recebia em Castelgandolfo o Revmo. Padre Vicente Tameck, superior geral, os membros da Cúria generalícia, os componentes da Comissão espanhola enviada pelo govêrno por ocasião das festas de 3º Centenário da beatificação de S. José

25 *Osserv. Rom.*, 20-21 de maio, 1946.

26 *Osserv. Rom.*, 16 de abril, 1947.

27 *Osserv. Rom.*, 7 de abril, 1948.

Calazans, fundador dos Clérigos regulares da Mãe de Deus, ditos "Escolápios", e patrono das Escolas Populares Cristãs. Na alocução que lhes dirigiu, exaltou a obra de Calazans pela instrução dos filhos do povo e ilustrou os fins da escola católica, dando relêvo à grandeza e excelência da educação cristã:

"Este ideal, êle disse, é elevadíssimo, porque tem por objetivo supremo a formação sobrenatural, e portanto o destino eterno dos alunos confiados aos vossos cuidados; é outro tanto vastíssimo, porque mira plasmar também aqui na terra *homens perfeitos* pela sua cultura intelectual, moral, científica, social, artística, segundo as condições, as aptidões, as legítimas aspirações de cada um, de modo que nenhum dêles se torne um deslocado ou um inepto e, por outro lado, ninguém veja fechado diante dos seus passos o caminho que leva à sumidade; encargo magnífico e santo, que... *supõe dedicação e amor*, e, na medida das suas forças, um *santo entusiasmo* que despertará interesse espontâneo e estimule o seu ardor pelo trabalho..." 28

É particularmente interessante e grato citar, com estes passos, nos quais o Sumo Pontífice delineia aos educadores um tão nobre e luminoso ideal, um artigo publicado por S. E. Mons. Blan-

28 Osserv. Rom., 22-23 de novembro, 1948.

et no "*Messenger du Coeur de Jésus*" (1955 p. 129-131) intitulado: *Sacerdotes e Religiosos educadores*. Este artigo soa como um comentário às palavras do Sumo Pontífice, comentário impressionante de verdade, de realismo psicológico e pedagógico, de profundo conhecimento das mais urgentes necessidades. Eis alguns dos seus trechos mais característicos:

"Há u'a missão mais que nunca urgente, mais que nunca imensa e empenhativa. Os rapazes, na sua maior parte, são lançados, sem suficiente preparo, num mundo não cristão. Sacerdotes e religiosos devem suprir a tanta insuficiência, a tanto abandono, e encarregarem-se de uma grande parte do trabalho.

Mais a tarefa é difícil, melhores devem ser os operários... Rapazes, jovens, esperam muito dos seus educadores: encontrar ignorância sôbre coisas que julgam de dever conhecê-las causa-lhes estuor, às vêzes escândalo.

E quantas virtudes indispensáveis!

A virtude de humilde observação, desejosa de conhecer os jovens nas suas necessidades — porque a educação não se faz em série —; a humilde virtude da paciência que torna disponível em qualquer momento para qualquer necessidade, porque os rapazes e muito menos os adolescentes não se abrem às pressas e não dirão jamais o que têm necessidade de dizer aos que vêm apressados; (e

assim é necessário concordar, sem lamentar-se de ser “usados”, “mastigados!”); a uniformidade de caráter que sem fraqueza própria permite ser abertos a toda necessidade, e permite fornecer apoio em todo momento e permite ser sempre aquilo sobre o qual se pode contar...

É uma grande graça encontrar no próprio caminho, verdadeiros educadores, que conhecem a bela missão, que a amam, que acreditam naquilo que fazem como acreditam naquele que servem e a vida dos quais é luz e chama”.

Nestas breves e densas linhas, eco fiel das palavras do Pontífice, Mons. Blanchet delineou o esboço do retrato daquele que S. S. Pio XII exaltava beatificando-o (29 de maio de 1955) e proclamando-o como magnífico modelo dos “verdadeiros educadores da infância e da juventude”: Marcelino José Champagnat, fundador dos Pequenos Irmãos de Maria (Maristas).

III. - O QUE É A EDUCAÇÃO CRISTÃ?

Natureza e Condições

Mais digno de nota, talvez, é que dos vários discursos e mensagens do Papa em fato de educação, de tantas páginas eloqüentes, muitas vezes poéticas, pode-se deduzir uma *definição rigorosa, precisa, completa, e quase didática da educação cristã; a resposta, enfim, à questão exata: o que é a educação cristã? Como deveria ser para que se torne uma verdadeira educação cristã?*

Ao nosso ver, é no discurso dirigido aos Irmãos das Escolas Cristãs, em 6 de maio de 1951, que S. S. Pio XII condensou, de maneira mais aguda, as linhas principais que constituem a natureza própria da educação cristã. Há uma página verdadeiramente magistral, rica de significado e de sugestão. Eis os seus pontos mais salientes:

“A arte da educação é, sob muitos aspectos, a arte de adaptar-se à idade, ao temperamento,

ao caráter, à capacidade, às necessidades e às justas aspirações do aluno, adaptar-se a tôdas as circunstâncias dos tempos e lugares, adaptar-se ao ritmo do progresso em geral da humanidade. O que caracteriza, porém, em tal tratamento, a verdadeira educação cristã, é que esta mira constantemente a *formação total* da criança e do adolescente, a fim de fazer dêle um *homem*, um *cidadão*, um *católico íntegro e equilibrado*, *bem mais que um pretenso erudito com a mente embarçada por conhecimentos enciclopédicos disparatados e desordenados*. Desenvolver, segundo uma sábia pedagogia, a cultura intelectual; valer-se da sanidade, do vigor do corpo e da agilidade dos membros, obtidos mediante a educação física em vantagem da prontidão e da ductibilidade do espírito; afinar, com o feliz entrosamento dos sentidos e da inteligência, na formação artística, tôdas as faculdades para dar ao seu exercício graça e amabilidade e portanto uma eficácia maior, mais extensa, melhor acolhida: tudo isto é muito belo e bom, mas não teria *valor eterno, nem satisfatória plenitude, se a cultura religiosa não viesse dar, com a sua amplitude e a sua magnificência, a tôda educação a sua unidade e o seu verdadeiro valor*.

Um êrro muito comum restringe a instrução e a educação religiosa a um tempo determinado, ainda que com programas completos e sãbiamente distribuídos. Mas a verdadeira educação cristã exige muito mais: ela deve ser *uma obra con-*

tínua, permanente, progressiva; deve permear todo o ensino, mesmo profano, penetrar até o fundo da alma. Ela, portanto, consiste, além da exposição metódica da doutrina, em ver e fazer ver tôdas as coisas à luz da grande e divina verdade, como na contemplação da criação material não se pode ver bem as coisas, com as suas verdadeiras côres, senão à luz, ainda que às vêzes velado por nuvens, do belo sol de Deus.

Mas a educação seria ainda incompleta se não conseguisse mais que uma parte do seu escopo, isto é, se restringisse a procurar o bem pessoal, físico e moral, temporal e eterno dos alunos. Ela deve além disso *formá-los e prepará-los a exercitar no seu tempo e na sua geração, — antes também nas gerações futuras — uma ação salutar*, de modo que eles atravessem o mundo, deixando-o depois deles melhor, mais doce e mais belo do que o haviam encontrado”²⁹.

A isto poderemos ajuntar entre outras a radiomensagem do Papa por ocasião do IV Congresso Americano de Educação Católica, de 5 de agosto de 1951, bem como a Carta dirigida por S. S. nesta ocasião a S. Emcia. o Cardeal Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, Legado Pontifício ao Congresso³⁰; o discurso do Santo Padre às religiosas educadoras do I Congresso

29 Osserv. Rom., 7-8 de maio, 1951.

30 Osserv. Rom., 6-7 de agosto, 1951.

Internacional em Roma, em 13 de setembro de 1951³¹; a Carta de S. S. Pio XII, por intermédio de Mons. Montini, ao professor João Porto, presidente da comissão permanente das semanas sociais portuguesas, por ocasião da IV Semana Social, em Braga, de 27 de outubro a 2 de novembro de 1952³²; o discurso de 5 de janeiro de 1954 aos membros da União Católica Italiana dos professores de ensino secundário, por ocasião das "Jornadas nacionais" da União³³.

Eis portanto definida com perfeita clareza e precisão, a *exata natureza* da educação cristã, donde provém a sua grandeza e a sua excelência com os práticos deveres que dela resultam. Desta fundamental definição Pio XII "*determinará*" ainda alguns elementos, mas o essencial foi dito.

31 *Osserv. Rom.*, 15 de setembro, 1951.

32 *Docum. Cath.* de 11 de janeiro de 1953, col. 25-26.

33 *Osserv. Rom.*, 6 de janeiro de 1954.

IV. - LUGAR DO ENSINO DA DOCTRINA CRISTÃ E DO CATECISMO NA EDUCAÇÃO

O Pontífice "*determinou*" de modo especial tudo quanto concerne ao *ensino da doutrina cristã*, isto é ao *ensino do catecismo*. É esta uma das suas preocupações mais evidentes. É para o Papa uma questão de primeira ordem, para a qual chama a atenção dos pais e dos educadores com uma insistência que, infelizmente, nunca é bastante sublinhada: a *absoluta necessidade de uma sólida instrução religiosa, do ensino do catecismo em todo ambiente, nas famílias e nas escolas*.

Na Radiomensagem ao Congresso Catequístico de Barcelona, de 8 de abril de 1946, Pio XII denunciava com amargura o incalculável dano da ignorância desta prática religiosa e chegava a esta prática consequência:

"O mundo sofre males gravíssimos, poucos, porém, de tão graves consequências como a igno-

rância religiosa, em tôdas as suas classes; a sociedade necessita urgentemente de enérgicos remédios, mas de poucos com tanta urgência como da *difusão do Catecismo*. Os pais no calor do lar doméstico, os mestres na seriedade da escola, os sacerdotes no santuário da igreja e em tôda parte onde puderem, devem prestar à humanidade o serviço incomparável de abrir com o Catecismo às novas gerações os tesouros da doutrina católica e formá-las no Catecismo, a fim de que, bem embebidas do espírito cristão, enamoradas da verdade, da justiça e da caridade do Evangelho, inflamadas pelo amor de Jesus Cristo, possa edificar-se sobre elas a paz futura, a única paz, digna dêste nome: que é a paz cristã...”.

Seria necessário ler tôdas as paternas e patéticas admoestações do Santo Padre às “crianças” — “que gostaria de abraçar tôdas, uma a uma” — admoestações para que se estude com empenho e amor o catecismo³⁴.

É preciso recordar, a êste propósito, a Radiomensagem de Pio XII endereçada ao Congresso nacional catequético dos Estados Unidos, em 26 de outubro de 1946. Como releva a revista *América*, órgão semanal dos Padres Jesuítas dos Estados Unidos, ela encerra todo um programa profundo e vasto da instrução religiosa e ao mesmo tempo uma afirmação nova e comovente da

34 *Osserv. Rom.*, 8-9 de abril, 1946.

“comunhão” dos cristãos no “Corpo Místico de Cristo” ³⁵.

Em 10 de março, falando aos párocos e pregadores quaresmais de Roma, o Papa, depois de ter recomendado o ensino das verdades da fé, insistia de modo todo particular sôbre o do catecismo e sôbre os caracteres que êste ensino deve apresentar:

“... Antes de tudo preocupai-vos em bem organizar a obra do catecismo. Procurai bons e instruídos colaboradores; procurai, também por *meio dêles* de manter-vos informados sôbre as condições da juventude e da infância na vossa paróquia, de modo que nenhuma rua, nenhuma casa, nenhuma família escape à vossa atenção e aos vossos cuidados. Ensinai vós mesmos pessoalmente o catecismo, pelo menos para os cursos superiores, e fazei com que a vossa palavra seja sólida, clara, interessante, viva, calorosa, proporcionada às inteligências e às necessidades espirituais dos vossos ouvintes. Ela poderá ser tal somente se vós conhecerdes a fundo as condições da sua vida pessoal, familiar e profissional, as suas dificuldades, as suas lutas, as suas impressões, as suas aspirações, a fim de corresponder às suas expectativas de guiá-los, de ganhar sua plena confiança” ³⁶.

35 Texto inglês do *Osserv. Rom.*, 28-29 de outubro, 1946.

36 *Osserv. Rom.*, 11 de março, 1948.

Por ocasião da abertura da semana dos estudos catequéticos, em Roma, no fim de julho de 1949, o Santo Padre fez chegar, com uma carta de Mons. Montini, então substituto da Secretaria de Estado, a Mons. Giovanni Urbano, naquele tempo arcebispo titular de Sardi e Assistente Eclesiástico Geral da Ação Católica Italiana, os seus votos de aprêço, bem como as suas claras diretrizes. Deplorava o Papa.

“uma grave desproporção entre o conhecimento das ciências religiosas e as ciências profanas, desproporção à qual se junta hoje, ameaçadora e perniciosa e ainda mais insistente e metódica, a propaganda contrária de todo gênero de erros, ora sub-repticiamente velados e ora abertamente proclamados”.

Põe às claras, além disso, a deprecada série de males difusos por esta funesta desproporção e termina ressaltando a necessidade urgente de intensificar com todos os esforços uma eficaz atividade catequética. Mas para que seja eficaz — continua a Carta — o ensino catéquético deve preencher dois requisitos: precisão e simplicidade...

O primeiro e muito importante Congresso Nacional para o ensino religioso realizado em Paris, na terça-feira a 13 de abril de 1955³⁷, ofe-

³⁷ Ver a relação feita por *La Croix* de 17-18 de abril de 1955. *Cahiers d'Action religieuse et sociale* de 15 de maio de 1955, pp. 291-292. Texto integral das Conclusões do Congresso em *La Croix* de 19 de abril de 1955; *Cahiers* acima mencionado,

receu ao Santo Padre a ocasião de expressar mais uma vez a sua preocupação pelo ensino da doutrina cristã.

Em 9 de abril, por intermédio de Mons. Dell'Acqua, enviava a Mons. Provencheres, arcebispo de Aix-en-Provence, Presidente da Comissão Episcopal do ensino religioso, os seus votos e as suas impressões sobre este grave problema.

“À Igreja, dizia o Santo Padre, incumbe o dever de dar a tôdas as gerações cristãs o ensino da fé, plenamente aderente às suas necessidades e capaz de garantir o florescimento de uma vida religiosa iluminada e radiante. Nos nossos dias, este ensinamento deve ser tanto mais sólido e reflexivo porque os filhos da Igreja freqüentemente são chamados, infelizmente, a crescer e viver numa atmosfera nada cristã, apenas humana, ao passo que ao contrário o mundo moderno apresenta um grande número de possibilidades para os estudos profanos”.

O Santo Padre regozija-se com o Episcopado francês por aquilo que empreendeu e realizou, “segundo as diretivas da Santa Sé”, para favorecer o desenvolvimento do ensino religioso. Faz votos para que o atual Congresso constitua o ponto de partida “para uma tomada de consciência mais

p. 292; texto íntegro das Conclusões em *Semaine Religieuse de Paris* de 30 de abril de 1955, pp. 448-449 e em *Docum. Cath.* de 1 de maio de 1955, col. 528-528.

viva” da importância deste problema e da “necessidade de um esforço comum do clero e dos fiéis”.

É antes de tudo ao nível da escola cristã que deve desenvolver-se a ação para melhorar a instrução religiosa:

“Mas é a todos os batizados que a Igreja quer dar o *substancial* alimento da verdade. E como de fato a maior parte frequenta institutos aprofissionais, o problema do seu ensino religioso impõe-se aos pastores de almas com urgência e gravidade. A seu respeito a Igreja, fiel à sua missão, não poderia renunciar ao direito e ao dever de nada omitir para fazer florescer a graça batismal destes jovens com a formação do espírito e do coração, dada nas justas condições de liberdade e eficácia”.

O Santo Padre volta com maior firmeza ao argumento já tantas vezes recordado: *a responsabilidade dos pais a este respeito*. Ainda uma vez constata a falta lamentável das famílias num setor de importância capital: “Os primeiros catequistas das crianças, ele diz, não são talvez os pais?”

“Assim os pastores de almas têm a obrigação grave de *preparar os pais cristãos à missão de educadores e de catequistas*”.

A paróquia e a Ação Católica por sua vez têm u’a missão importante no jogo desta obrigação

primordial. Enfim, o Santo Padre recomenda a *preparação doutrinal e pedagógica* dos catequistas, religiosos e religiosas, e leigos.

“Para uma obra tão importante a Igreja precisa de mestres qualificados, porque a religião deve ser ensinada nas condições intelectuais e morais mais favoráveis...”³⁸

Por outra parte o Papa tem o cuidado de recomendar que a instrução religiosa da juventude não se limite aos elementos, se assim se pode dizer, da doutrina cristã. Esta instrução religiosa é a quer estendida e progredida do melhor modo possível, conforme crescem as crianças e se desenvolvem os jovens. Recebendo em 17 de julho de 1954* a peregrinação do Congresso mundial das Filhas de Maria Imaculada, na Basílica de S. Pedro, o Papa lhes dava conselhos de alta sabedoria e de profunda oportunidade.

“... Precisais antes de tudo de uma formação cristã séria. A explicação do catecismo recebida à idade de dez ou doze anos, por mais cuidadosa possa ter sido, não seria suficiente para toda a vida. Conforme cresceis, encontrais novas dificuldades e novos problemas que exigem os esclarecimentos e os conselhos daqueles que vos

³⁸ Poder-se-á encontrar o texto integral desta Carta em *Documentation Catholique* de 1 maio de 1955, col. 523-526. Encontram-se também largos excertos da Carta Pontifícia em *Cahiers d'action religieuse et sociale* de 15 de março de 1955, pp. 291-292.

falam em nome da Igreja. Lede também com atenção a revista da vossa Associação que dirigindo-se a um número relevante de assinantes e baseando-se numa difusa informação, responde a quesitos que tôda filha de Maria se impõe.

Estudai pessoalmente a doutrina cristã nas obras que vos forem indicadas; meditai os grandes mistérios que são o alimento da piedade; lede os Evangelhos, nos quais vive para sempre o Divino Mestre nas suas palavras de verdade, nos seus gestos de misericórdia, na sublime simplicidade do seu coração doce e humilde. Entrai em contato com a vida dos santos, êstes heróis do Cristianismo, tão humanos e corajosos, e procurai nela tudo quanto pode alimentar, aprofundar e fortificar a vossa fé...³⁹

³⁹ Osserv. Rom., 18 de julho, 1954.

V. - ENSINO SUPERIOR ESPECIFICAMENTE CATÓLICO

Conhecimento e aprofundamento da doutrina cristã em todo seu campo e sob todos os seus aspectos: eis a preocupação constante do Sumo Pontífice. Mais ainda. Com particular insistência põe o Pontífice em relêvo a necessidade, mais urgente que nunca, e a excepcional grandeza do *ensino superior especificamente católico*. Em todo encontro, em toda ocasião, reafirma a êste respeito a sua mais viva preocupação.

Sumamente sugestivo é o discurso dirigido aos professores e alunos dos institutos católicos da França em 21 de setembro de 1950. Tais palavras, além de serem a expressão do supremo magistério, soam como um raro encorajamento e efficacíssimo conforto nesta obra de capital importância e tão hostilmente combatida.

“Qual é, portanto, no presente, a razão de ser dos Institutos católicos, a sua oportunidade

sobre a qual mesmo nos melhores ambientes parece às vèzes surgir qualquer dúvida? Poder-se-ia antes tomar como uma questão de dignidade para a Igreja conservar uma obra mais que milenária que a ela deve a sua origem, o seu desenvolvimento, o seu extraordinário e fecundo influxo. Mas uma simples consideração de dignidade, de tradição histórica veneranda, seria suficiente para justificar, para explicar uma tal generosidade em dinheiro e esforços? Há, a Nosso ver, outra mais importante e mais vital. A permanente atualidade dos Institutos ou de Universidades católicas reside na utilidade, *na necessidade de constituir um corpo de doutrina ordenado, sólido, de criar todo um ambiente de cultura puramente católica*".

É de grande importância ressaltar e fixar os seguintes excertos, nos quais o Santo Padre exprime, com absoluta e embora delicada lealdade, o ponto vivo do problema do ensino cristão, o que significa dizer que êle é e deve ser não *uma ação passageira e esporádica*, e sim *uma resultante geral, uma atmosfera universal*, que abraça e empenha *tôda a obra* nos seus mínimos detalhes como nas suas linhas gerais.

"Um ensino, mesmo irrepreensível, em todos os ramos do saber, completado além do mais por uma instrução religiosa simultânea não é suficiente. Tôdas as ciências, direta ou indiretamen-

te têm alguma relação com a religião, não somente a teologia, a filosofia, a história, a literatura, mas também as demais ciências: jurídicas, médicas, físicas, naturais, cosmológicas, paleontológicas, filológicas. Se se supusesse que elas não incluíam alguma relação positiva com as questões dogmáticas e morais, arriscar-se-ia todavia, frequentemente, a cair em contradições consigo mesmas. É necessário, portanto, mesmo quando o ensinamento não toca diretamente à verdade e à consciência religiosa, que o ensinante esteja todo compenetrado na religião, na religião católica...”.

E o Papa conclui:

“Continuai portanto no vosso caminho, diletos filhos, com o olhar fixo no ideal que como homens de ciência e de fé vos prefixastes qual vossa estrêla. Avançai na sua luz; ela brilha no céu, indefectivelmente... Nenhum esforço vos desanime, nenhuma impressão vos torne tímidos e vos canse”.

Estas últimas palavras não são de fato vagas e habituais exortações; elas respondem à profunda preocupação que tem por base uma consciência plenamente clara das particulares dificuldades contra as quais lutam os nossos magníficos instituidores católicos⁴⁰.

⁴⁰ *Docum. Cath.* de 3 de dezembro de 1950, col. 1587-1590, *Edição Italiana*.

Sob o mesmo ponto de vista relacionado ao ensino superior católico, a particular importância das universidades especificamente católicas, é necessário ler e meditar entre outras a carta do Santo Padre a Mons. Roy, de 28 de agosto de 1952, no Centenário da Universidade Laval⁴¹; a outra a Mons. Roger Millot e Rosaire Beauté por ocasião do vigésimo-segundo Congresso da *Pax Romana*, realizado em Montreal e em Quebec, de 26 de agosto a 1º de setembro de 1952, com o tema de estudo: *a missão da universidade*⁴²; e o discurso do Papa aos estudantes e professores do *Studium Urbis* de Roma⁴³.

Pio XII e os universitários católicos

É certo, o Sumo Pontífice não poupa a sua simpatia e o seu paterno interesse para com os docentes católicos universitários, a qualquer ramo eles pertençam. Muito freqüentemente os recebeu em audiência prodigalizando-lhes testemunho de afeto. O discurso proferido pelo Santo Padre em 26 de março de 1951 aos 2700 peregrinos da União Católica da Instrução Pública nos parece o mais importante, o mais sugestivo e ao

41 *Docum. Cath.* de 14 de dezembro de 1952, col. 1547-1548.

42 *Docum. Cath.*, *ibid.*, col. 1545-1547.

43 15 de junho de 1952, *Docum. Cath.* de 13 de julho de 1952, col. 833-840.

mesmo tempo o mais encorajante para a "paróquia universitária".

Com delicado e admirável trato o Papa sublinha as particulares dificuldades do apostolado destes ensinantes, donde o mérito excepcional da sua obra. Elogia a profundidade da sua fé católica, bem como o salutar influxo do seu exemplo, da sua prática pessoal da vida cristã.

Mas neste documento que reclamava tantos cuidados, medida e compreensiva amplitude de espírito, o Papa, sublinhando com felizes expressões "o aspecto delicado" do apostolado destes mestres, não deixou de recordar com igual clareza e discrição o perene ensinamento da Igreja, ensinamento mil vezes repetido, isto é a *necessidade da educação cristã positiva*, real da infância e da juventude. Aos mesmos universitários católicos lembra

"a contínua solicitude e a insistência da Igreja em inculcar aos pais cristãos o seu dever primordial de dar aos filhos *uma educação onde o elemento religioso, doutrinal e moral não seja divorciado da instrução puramente humana*, mas ao contrário a *penetre intimamente*; não obstante os encorajamentos por ela elargidos aos católicos que prodigalizam com desinterêsse esforços e sacrifício na promoção e sustento da escola declaradamente católica...".

E o Papa continua:

“O Apóstolo São Paulo, na epístola aos Romanos, desdobra diante dos vossos olhos um horizonte vastíssimo. As perfeições invisíveis de Deus — êle diz — a sua eterna potência e a sua divindade, desde a criação do mundo, tornaram-se visíveis à inteligência por meio das suas obras (Rom 1,20). Por “obras” é necessário entender unicamente as criaturas materiais e perceptíveis aos sentidos? ou não é mais certo que é necessário incluir também as grandes leis universais que regem o mundo, e que, mesmo sem a revelação e a fé, se manifestam à razão natural, leal e atenta? Pois bem, são exatamente os vários ramos do saber humano que manifestam à inteligência as obras de Deus, as suas leis eternas e as suas aplicações ao progresso físico e social do mundo. Antes é impossível a quem quer que seja expor ampla e imparcialmente a história dos acontecimentos e das instituições, sem que, excluindo toda insinuação dogmática ou apologética, ali se veja brilhar numa clareza sôbre-humana a luz de Cristo e da sua Igreja”.

Verdadeiramente, o esplêndido ideal e o magnífico “horizonte” abertos aos olhares destes homens de boa vontade, desdobram-se ou melhor se impõem *mais* ainda, num certo sentido, aos mestres do ensino livre integralmente católicos.

Mas qual problema para êstes homens de boa vontade de abraçar êste horizonte e realizar êste ideal, impedidos, como que por um muro de bronze, pela exigências de um absurdo e implacável laicismo!

Sem querer absolutamente diminuir a importância e os méritos dos esforços cumpridos pelos universitários católicos, a realidade e a extensão do bem que êles semeiam com o testemunho autêntico do exemplo da sua vida pessoal, da sua fidelidade pessoal a Cristo e à Igreja, entre os elementos mais disparatados, em ambientes inacessíveis a outros educadores, e dos quais é banido o Só Indispensável; isto é, Deus, é necessário manter, com a mais absoluta firmeza, a categórica conclusão formulada na declaração do episcopado francês, em 5 de abril de 1951: "Para o cristão não há escola plenamente satisfatória a não ser a escola cristã". Declaração esta que *é o resumo fiel e decisivo do ensino pontifício sôbre a educação da juventude.*

* * *

O que Pio XII defendeu magnificamente, o que está em jôgo, são os princípios mais sagrados, de um *valor permanente*, os princípios do direito positivo divino, os princípios do Evangelho, os direitos imprescritíveis das consciências da infância

e da juventude, os direitos inalienáveis e os deveres rigorosos da família, a missão da Igreja e a justa missão do Estado, a preocupação do bem público e dos verdadeiros interesses da sociedade, do estado e da nação.

Obra de *defesa infrangível* em matéria de educação, a obra de Pio XII permanece também como obra construtiva. Ela, na luz da Verdade, estabelece os fundamentos essenciais da educação, as normas e as linhas diretivas que lhe garantem a fecundidade; ela sublinha com evidência solar a excelência e o esplendor da *arte das artes*; qual é efetivamente a que se dedica à formação das almas das crianças e dos adolescentes.

A P Ê N D I C E

Para oferecer mais uma prova, se talvez fôsse necessário, ao prezado leitor, de que a Igreja não improvisa suas atitudes, que ela sabe para onde se dirige e não tem normas que possam voltar atrás, para conduzir os homens no caminho da salvação, a Casa Editôra pensou fôsse oportuno acrescentar, à guisa de apêndice, alguns excertos de discursos e cartas do Santo Padre João XXIII e a Declaração do Concílio Vaticano II sobre a educação cristã da juventude.

* * *

À reunião promovida pelo *Office International de l'Enseignement Catholique* para comemorar o 30º aniversário da Encíclica *Divini illius Magistri* (31-12-1929), João XXIII enviou uma mensagem na qual acentuou a importância e a atualidade desse documento:

“Hoje como ontem, a Igreja afirma alto e bom som que os seus direitos e os da família nesse domínio são anteriores aos do Estado; hoje, como ontem, ela afirma o seu direito de ter escolas onde seja inculcada por mestres de convicções sólidas, uma concepção cristã da vida, onde todo o ensino seja ministrado à luz da fé”.

As diretivas da Encíclica contribuíram para aumentar o interêsse das famílias pelos problemas do ensino e da educação, e fizeram com que se multiplicassem as “associações de pais”, altamente úteis à colaboração recíproca entre a escola e a família, às organizações nacionais e internacionais encarregadas de coordenar os esforços, de representar as escolas católicas perante as autoridades civis, de estudar as possibilidades de ação universal.

“De todo coração desejamos que êsses esforços sejam prosseguidos e intensificados. Numa época em que as autoridades nacionais e internacionais, justamente preocupadas com a elevação intelectual e moral da humanidade, organizam em vasta escala a difusão da educação, da ciência e da cultura, a presença ativa dos filhos da Igreja é, mais do que nunca, necessária para expor, representar, defender se preciso, o ponto de vista da Igreja.

Por outra parte, na organização do ensino cristão, saberão êles adaptar às novas situações

os princípios sempre atuais da Encíclica. Muitas coisas, com efeito, mudaram ou evoluíram de trinta anos para cá. Pensamos aqui nos progressos notáveis do ensino religioso, nas últimas aquisições úteis da pedagogia, nos esforços tentados de maneira louvável para completar a instrução propriamente dita por uma educação em que a criança ache, numa atmosfera cristã, uma eflorescência da sua personalidade, onde pouco a pouco ela domine o seu coração e a sua sensibilidade, firme a sua vontade e aprenda a viver como verdadeiro filho da Igreja.

Deixai-Nos, porém, sobretudo dizer-vos as Nossas preocupações ante o desenvolvimento atual do mundo técnico e as suas conseqüências para o ensino. Por certo, a Fé cristã nada tem a temer da ciência, nem da técnica que desta tem saído; ao contrário, ela nos ensina que as novas possibilidades delas são uma glorificação da bondade criadora de Deus que disse: "Enchei a terra e submetei-a" (Gên 1,28). Ela, porém, igualmente nos ensina que êsses são simples meios postos à disposição do homem, que pode usar deles para o melhor como também, ai!, para o pior. É por isso que Nos parece hoje indispensável que católicos convictos estejam presentes em grande número nesse domínio em pleno surto da atividade humana, a fim de orientá-lo no sentido querido pelo Criador; é por isso que ainda convém que numerosas sejam as

crianças que possam encontrar em escolas técnicas católicas de valor uma formação especializada e uma educação verdadeiramente cristã que lhes permitam constituir amanhã as "elites" profissionais e morais de que tanto necessitam o mundo e a Igreja"¹.

* * *

Alguns dias antes, a 26 de dezembro, em uma mensagem ao Card. Confalonieri², que presidia ao IX Congresso Nacional do Centro Turístico Juvenil, João XXIII louvou êsse meio particular de formação cristã.

"Com viva satisfação queremos relevar a profícua atividade, o desenvolvimento e as nobres aspirações a que visa o benemérito Centro, para a formação da juventude, no complexo e vasto setor do turismo. A um exame atento não fogem as responsabilidades de quantos trabalham nesse importante e difícil campo, no qual, juntamente com notáveis elementos educativos, manifestam-se não leves perigos. Parece, portanto, digno de aplauso e de encorajamento o propósito de valorizar tais atividades, com profundo sentido cristão, como meio útil de apostolado para elevar e formar retamente os jovens. Côncios,

¹ *Osserv. Rom.*, 31 de dezembro de 1959.

² *Osserv. Rom.*, 1 de janeiro de 1961.

com efeito, da preciosa função educativa, cultural e espiritual do sadio turismo nos seus múltiplos aspectos, poderão eles atingir, por uma adequada preparação e por uma guia segura, a aluz e a ajuda para descobrir nas belezas naturais e artísticas o arcano convite de Deus, receber delas estímulo ao testemunho de sua fé e ao propósito de reavivar nas recíprocas relações a chama da caridade fraterna. Finalmente, não deixarão de se sentir animados a proceder à frente nos anos e nos próprios deveres, de modo a enriquecer o espírito e revigorar a vontade em úteis e virtuosos empreendimentos”.

* * *

O VII Congresso da Confederação Int. de Ed. Cat. que se reuniu em S. José (Costa Rica) de 23 a 31 de janeiro de 1960, tinha por tema “Resultado da formação espiritual nos colégios católicos”. Eis as sábias observações da mensagem pontificia ³.

“A uma piedade infantil certa, mas esquecida na adolescência, infelizmente pode muitíssimas vezes suceder, entre os jovens que se abrem ao mundo, um verdadeiro naufrágio na fé. É esse um fenômeno que pela sua gravidade, cha-

³ Osserv. Rom., 27 de janeiro de 1960.

ma a atenção e reclama o exame sério de todo educador cõscio da sua missão.

É um princípio da pedagogia católica que a essência da educação consiste na colaboração com a graça divina para a formação do verdadeiro e perfeito cristão. Se é certo que não se devem descurar os valores naturais, todavia “é falso todo naturalismo pedagógico que, de qualquer modo exclui ou tende a diminuir a ação sobrenatural do cristianismo na formação da juventude” (PIO XI, *Encíclica Divini illius Magistri*).

Uma educação, por conseguinte, não superficial, mas profunda e de grande alcance, será antes de tudo fruto da graça; receberá o seu impulso de uma ambiência familiar no colégio, de uma disciplina branda, formadora de bons hábitos, de otimismo e de alegria; alimentar-se-á por um trabalho em que os superiores dedicarão atenção particular a cada um daqueles que é preciso ajudar eficazmente a atingir a perfeição.

O espírito de iniciativa e um clima de espontaneidade e de sinceridade na vida religiosa do adolescente serão condições de perseverança na linha de conduta que a vida do colégio lhe traça para o futuro. O adolescente está numa idade em que êle mesmo deve esforçar-se por descobrir o seu ser e formar a sua personalidade; aos seus educadores, e particularmente ao seu diretor espiritual, é que incumbe a tarefa de aju-

dá-lo neste esforço. Filho de Deus, membro do Corpo Místico, êle tem um lugar especial na Igreja. É o que S. João ensina quando se dirige aos adolescentes: "Escrevo-vos, adolescentes, porque vencestes o maligno" (1 Jo 2,13). A Igreja não deixa de reconhecer as riquezas que a juventude traz, e de incentivar-lhes a evolução e o desenvolvimento legítimos. É por isso que, desde os primeiros anos da criança, ela mostra tanto interesse pela educação da sua vida de fé ao mesmo tempo que pela formação da sua consciência e pela aprendizagem do bom uso da sua liberdade.

A catequese intelectual será pouco eficaz se não fôr acompanhada de uma educação que, ao mesmo tempo que a inteligência, se dirija também à vontade e ao coração do adolescente; a religião abranje o homem todo, é todo o comportamento da sua vida que se deve orientar em função da mensagem cristã, pondo em prática tôda uma pedagogia da vida espiritual para que o jovem tome consciência da relação que há entre as verdades que lhe ensinam a crer e as aspirações interiores que brotam da sua personalidade em busca dos ideais de justiça, de caridade e de retidão moral.

Os colégios católicos esforçam-se por dar aos seus alunos um preparo para a vida mercê de uma bagagem religiosa correspondente às necessidades dêles. Na maioria dos casos, essa бага-

gem religiosa não basta para que mais tarde êles possam dar uma resposta adequada a todos os problemas que lhes forem propostos no correr da sua existência, e em particular pela extensão dos seus conhecimentos dos outros ramos do saber. É por isso que a sua bagagem deverá ser ampliada e completada por uma formação ulterior, especialmente pelo caráter deontológico: A sua cultura religiosa deverá sempre desenvolver-se correndo passo a passo com as aquisições crescentes da sua cultura profana, literária ou científica.

Papel importante será desempenhado, nesse trabalho, pelas associações pós-escolares, pelas cátedras de cultura religiosa superior, mesmo no seio da universidade, pelas obras de capelania universitária e pelas organizações que tendem a reforçar e a continuar o trabalho do colégio.

A formação não se estende somente à vida do colégio, mas também e principalmente deve ser concebida como uma preparação do aluno para fazer frente às responsabilidades familiares, cívicas e profissionais da vida adulta. Não se perderão de vista os diversos meios em que êle se acha ou que poderá encontrar mais tarde, bem como a influência das correntes de pensamento que hoje em dia tão abundantemente são postas ao alcance de todos, graças às técnicas de difusão. Vemos também com prazer os esforços que são feitos em favor de uma educação para o apostolado, para o exercício da caridade. O

treinamento, com decisão e prudência, no dom de si mediante atos à medida dos seus meios fará que o aluno, amanhã, possa corresponder melhor às exigências da sua vocação própria, de qualquer ordem que ela seja.

A liturgia da Igreja, aprofundada e vivida, o estudo, sob o aspecto moral, dos conhecimentos da vida social, em reuniões ou círculos, constituem outros tantos meios pelos quais o homem se irá inserindo no mundo de amanhã e encarnará na realidade concreta as verdades que houver aprendido”.

* * *

Recebendo, a 14 de julho de 1961, os assistentes eclesiásticos e os delegados participantes do Congresso de estudo da Associação dos Meninos Católicos; o Santo Padre entreteve-se em algumas considerações sobre a educação dos meninos e sobre as vocações⁴. Depois de salientar a importância fundamental, para a sociedade e para a Igreja, de uma reta educação concedida às mais jovens gerações, o Papa acrescentou:

“É, pois, necessário que o problema das vocações, isto é, a correspondência pessoal de cada um aos desígnios de Deus, para dar todo o pro-

⁴ Osserv. Rom., 15 de julho de 1961.

gresso possível na vida da Igreja e da sociedade, esteja sempre presente na educação das crianças, a começar da família. É, além disso, desejável que o ensino consiga orientar mais eficazmente as crianças à escolha do próprio estado, através do estudo e da penetração amorosa das qualidades e das atitudes de cada um, que o olho hábil de um bom mestre, de uma boa mestra, de um professor consciencioso pode facilmente exercitar, através do contacto cotidiano da experiência escolar. Muito se tem feito: muito se está fazendo neste sentido, e mais somos gratos pela preciosa cooperação que muitas almas eleitas estão dando à família e à Igreja.

Diletos filhos e filhas! prossegui incansavelmente na vossa missão, procurando especialmente infundir nos jovens, desde os primeiros anos — e êste é um campo aberto especialmente ao vosso apostolado — a convicção séria de que a vida não é aventura, nem divagação platônica, nem procura de sucesso efêmero e tanto menos de fáceis lucros, mas empenho cotidiano, ajuda ao próximo, espírito de sacrifício, na fadiga de uma contínua conquista. É êste o caminho certo: não como as vezes tenta fazer acreditar uma mentalidade que deforma as consciências suggestionando-lhes uma visão errônea da realidade. É preciso, portanto, ensinar que se goza de serenidade e de alegria só quando se responde generosamente aos próprios deveres, empregando em

tôda sua riqueza os talentos que Deus depositou na mente e no coração de cada um: fazer compreender que só na vida entendida como vocação sàbiamente vivida, se encontra a única e grande satisfação, o segrêdo da paz interior e da edificação do próximo”.

* * *

No discurso feito a 1º de junho à Comissão Permanente das Entidades Católicas para a formação profissional, o Santo Padre, antes de insistir para maior unidade no exercício das várias formas de presença dos católicos na vida social, falou sôbre a importância da formação espiritual e técnica dos jovens que cada ano entram no mundo do trabalho, de modo a fornecer-lhes aquêles subsídios necessários “para permanecerem fiéis aos próprios propósitos, para que se imponham com o prestígio do talento, da preparação e da dignidade pessoal, para que se defendam dos perigos ideológicos, quando os liames com a família e com a paróquia se afrouxam ou não são mais os de antes”. A preparação dêstes jovens deve ser orientada segundo as seguintes diretivas:

“Cumpre não sòmente formar bons operários, mas robustecer cristãos convictos, que vivam constantemente o Sacramento da Missa no harmonioso exercício de tôdas as faculdades espiri-

tuais. Necessitam-se grandes idéias que penetrem no espírito, suscitando ardor de verdades bem apreendidas a fim de que no ambiente do trabalho possam viver serenamente a própria grandeza de filhos de Deus; oportuna é a apresentação da doutrina cristã de forma simples e persuasiva, que ofereça uma visão unitária do Credo e do Decálogo; faz-se mister expor em grandes traços o ensinamentos social da Igreja, cujo conhecimento descortina horizontes vastíssimos ao apostolado; nem falem os elementos de uma plena formação cívica e de uma cultura geral, para que o jovem trabalhador se introduza com dignidade no quadro da vida pública. Tais elementos unidos a oportuna preparação técnica e profissional darão confiança aos jovens trabalhadores, fazendo-os prosseguir no trabalho com as conquistas a que fazem jus”⁵.

* * *

Em mensagem de 13 de julho ao Cardeal E. Leger, Arcebispo de Montréal, por ocasião da 37ª semana social dos católicos de língua francesa no Canadá, sobre o assunto: “Educação, problema social”, o Cardeal Secretário de Estado, em nome do Santo Padre, tratou de alguns problemas de grande importância. Após as congratu-

⁵ Osserv. Rom., 1-2 de junho de 1962.

lações pelo ativo empenho dos católicos canadenses no campo do ensino, o documento faz referência à Encíclica *Divini Illius Magistri*, confirmando sua plena atualidade. Depois prossegue:

“Inspirando-se nesta Encíclica os católicos reafirmarão que a obra educacional está intimamente ligada ao fim último do homem e abrange conseqüentemente os mais altos valores do indivíduo e da sociedade. Eles terão sempre presente que os direitos da família e da Igreja em matéria de educação são, sem dúvida, anteriores aos do Estado. Tais direitos são conferidos sobretudo àqueles que dão às crianças a vida humana e sobrenatural. Por êsse motivo a Igreja e a família devem ser consideradas como os principais artífices da educação.

Não podendo apresentar um título de paternidade como se dá com a família e a Igreja, o Estado não goza dos mesmos direitos. A sua autoridade provém do que êle recebeu de Deus, isto é, o dever de promover o bem comum. Responsável pela justiça distributiva, o Estado deve proteger e favorecer a ação educativa das famílias e da Igreja, sem substituir-se às iniciativas privadas dos educadores, compete-lhe coordenar os esforços dos diversos grupos sociais, de completá-los se se revelarem insuficientes. Supre assim as deficiências e inigualdades que poderiam existir nas regiões, grupos e setores menos favorecidos.

“Poderá fazê-lo também por meio de escolas e instituições de sua competência”, porque, acrescenta o Papa Pio XII: “O Estado mais que qualquer outra instituição, é provido de recursos para providenciar às necessidades de todos, e é justo que êle os use em vantagem daqueles dos quais êles provém (enc. *Divini Illius Magistri*, A. A. S. XXIII, 1929, 63). Cabe-lhe regular — e não é o menor dos seus deveres — os múltiplos esforços e fazê-los concorrer ao benefício presente e futuro da sociedade, da qual deve assegurar o bem comum.

Tôdas as iniciativas escolares do Estado, mesmo que puramente civis, não estão menos obrigadas a respeitar os legítimos direitos dos pais e da Igreja. Por isso uma concepção justa da educação supõe uma estreita e harmoniosa colaboração entre a sociedade civil, a família e a Igreja. Não se poderia de fato contestar os direitos de uma ou outra dessas instituições sem fazer uma gravíssima ofensa aos indivíduos e à sociedade. Os católicos não podem aprovar que, em nome de uma função dissimulada, todos os direitos educativos passem incondicionalmente às mãos do Estado. Ter-se-ia dêsse modo, é evidente, um monopólio contrário aos direitos naturais das famílias e da Igreja”⁶.

⁶ 6 *Osserv. Rom.*, 25 de agosto de 1962.

II

DECLARAÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II SOBRE A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE

PROÊMIO

O sagrado Concílio Ecumênico considerou atentamente a gravíssima importância da educação na vida do homem e a sua influência cada vez maior no progresso social do nosso tempo¹. Na verdade, a educação dos jovens, e até uma certa formação continuada dos adultos torna-se, nas circunstâncias atuais, não só mais fácil mas também mais urgente. Com efeito, os homens, mais plenamente conscientes da própria digni-

¹ Entre muitos documentos que ilustram a importância da educação, cf. sobretudo:

BENTO XV, Carta apostólica *Communes Litteras*, de 10 abril 1919: AAS 11 (1919) p. 172.

Pio XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, de 31 dez. 1929: AAS 22 (1930) pp. 49-86.

Pio XII, Alocução aos jovens da A. C. italiana, de 20 abril 1946: *Discorsi e Radiomessaggi VIII* pp. 53-57.

— Alocução aos Pais de família franceses, de 18 set. 1951: *Discorsi e Radiomessaggi XIII*, pp. 241-245.

João XXIII, Mensagem no 30º ano da publicação da encíclica *Divini Illius Magistri*, de 30 dez. 1959: AAS 52 1960) pp. 57-59.

PAULO VI, Alocução aos membros da F. I. D. A. E. (Federação dos Institutos Dependentes da Autoridade Eclesiástica), de 30 dez. 1963: *Encicliche e Discorsi di Paolo VI, I*, Roma, 1964, pp. 601-603.

Vejam-se, além disso, as Atas e os Documentos da preparação do Concílio Ecumênico Vaticano II, série I, Antepreparatória, vol. III, pp. 363-364, 370-371, 373-374.

dade e do próprio dever, anseiam por tomar parte cada vez mais ativamente na vida social e, sobretudo, na vida econômica e política²; os admiráveis progressos da técnica e da investigação científica e os novos meios de comunicação social dão aos homens oportunidade de, gozando por vêzes de mais tempo livre, conseguirem mais facilmente a cultura intelectual e moral e de mutuamente se aperfeiçoarem mercê dos laços de união mais estreitos quer com os grupos quer mesmo com os povos.

Por isso, em tôda a parte se fazem esforços para promover cada vez mais a educação; declaram-se e registram-se em documentos públicos os direitos fundamentais relativos à educação dos homens, e., em particular, dos filhos e dos pais³; com o aumento crescente do número de alunos, multiplicam-se e aperfeiçoam-se as escolas e fundam-se outros centros de educação; cultivam-se, com novas experiências, os métodos de educação e de instrução; realizam-se grandes esforços para que tais métodos estejam à disposição de todos os homens, embora muitas crianças e jovens ainda

2 Cf. João XXIII, Carta encíclica *Mater et Magistra*, de 15 maio 1961: AAS 53 (1961) pp. 413, 415-417, 424.

— Carta encíclica *Pacem in terris*, de 11 abril 1963: AAS 55 (1963) p. 278 s.

3 Cf. Profissão universal dos direitos humanos (*Déclaration des droits de l'homme*), de 10 dez. 1948, ratificada pela assembléia geral das Nações Unidas; e cf. *Déclaration des droits de l'enfant*, de 20 nov. 1959; *Protocole additionnel à la convention de sauvegarde des droits de l'homme et des libertés fondamentales*, Paris, 20 março 1952; a respeito da Profissão universal dos direitos humanos, cf. João XXIII, Carta encíclica *Pacem in terris*, de 11 abril 1963: AAS 55 (1963) p. 295 s.

não possuam a formação mais elementar, e tantos outros careçam de educação adequada, na qual se cultivem simultaneamente a verdade e a caridade.

Visto que a santa Mãe Igreja, para realizar o mandato recebido do seu fundador, de anunciar o mistério da salvação a todos os homens e de tudo instaurar em Cristo, deve cuidar de toda a vida do homem, mesmo da terrena enquanto está relacionada com a vocação celeste⁴, tem a sua parte no progresso e ampliação da educação. Por isso, o sagrado Concílio enuncia alguns princípios fundamentais sobre a educação cristã mormente nas escolas, princípios que serão depois desenvolvidos por uma Comissão especial e aplicados nos diversos lugares pelas Conferências episcopais.

Sujeito da educação e sua noção

1. Todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, visto que gozam da dignidade de pessoa, têm direito inalienável à educação⁵, correspondente ao próprio fim⁶, acomodada à

4 Cf. João XXIII, Carta encíclica *Mater et Magistra*, de 15 maio 1961: AAS 53 (1961) p. 402.

CONC. VAT II, Const. Dogmática *De Ecclesia*, n. 17: AAS 57 (1965) p. 21; Esquema da Const. Pastoral *De Ecclesia*, n. 17: AAS 57 (1965) p. 21; Esquema da Const. Pastoral *De Ecclesia in mundo huius temporis* (1965) passim.

5 Pio XII, Radiomensagem de 24 dez. 1942: AAS 35 (1943) pp. 12, 19.

João XXIII, Carta encíclica *Pacem in terris*, de 11 abril 1963: AAS 55 (1963) p. 259 s. Cf. também as declarações dos direitos do homem mencionadas na nota 3.

6 Cf. Pio XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, de 31 dez. 1929: AAS 22 (1930) p. 50 s.

própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra. A verdadeira educação, porém, pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujos ofícios, uma vez adulto, tomará parte.

Por isso, é necessário que, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didática, as crianças e os adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmônico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida, retamente cultivada com esforço contínuo e levada por diante na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com magnanimidade e constância. Sejam formados numa educação sexual positiva e prudente, à medida que vão crescendo. Além disso, de tal modo se preparem para tomar parte na vida social, que, devidamente munidos dos instrumentos necessários e oportunos, sejam capazes de se inserirem ativamente nos vários agrupamentos da comunidade humana, se abram ao diálogo com os outros e se esforcem de boa vontade por cooperar no bem comum.

De igual modo, o sagrado Concílio declara que as crianças e os adolescentes têm o direito de

serem estimulados a estimar retamente os valores morais e a abraçá-los pessoalmente, bem como a conhecer e a amar Deus mais perfeitamente. Por isso, pede insistentemente a todos os que governam os povos ou orientam a educação, para que providenciem que a juventude nunca seja privada dêste sagrado direito. Exorta, porém, os filhos da Igreja a que colaborem generosamente em todo o campo da educação, sobretudo com a intenção de que se possam estender o mais depressa possível a todos e em tôda a parte os justos benefícios da educação e da instrução⁷.

A educação cristã

2. Todos os cristãos que, uma vez feitos nova criatura mediante a regeneração pela água e pelo Espírito Santo⁸, se chamam e são de fato filhos de Deus, têm direito à educação cristã. Esta entende não sòmente a maturidade da pessoa humana acima descrita, mas tende principalmente a fazer com que os batizados, enquanto são introduzidos gradualmente no conhecimento do mistério da salvação, se tornem cada vez mais conscientes do dom da fé que receberam; aprendam, principalmente na ação litúrgica, a adorar Deus Pai em espírito e verdade (cf. Jo 4,23), dispo-

⁷ Cf. João XXIII, Carta encíclica *Mater et Magistra*, de 15 maio 1961: AAS 53 (1961) p. 441 s.

⁸ Cf. Pio XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, 1. c., p. 83.

nam-se a levar a própria vida segundo o homem novo em justiça e santidade de verdade (Ef 4,22-24); e assim se aproximem do homem perfeito, da idade plena de Cristo (cf. Ef 4,13) e colaborem no aumento do Corpo místico. Além disso, conscientes da sua vocação, habituam-se quer a testemunhar a esperança que nêles existe (cf. 1Pdr 3,15), quer a ajudar a conformação cristã do mundo, mediante a qual os valores naturais assumidos na consideração integral do homem redimido por Cristo, cooperem no bem de toda a sociedade⁹. Por isso, este sagrado Concílio lembra aos pastores de almas o dever de dispor as coisas de maneira que todos os fiéis gozem desta educação cristã, sobretudo os jovens que são a esperança da Igreja¹⁰.

A quem pertence a educação

3. Os pais, que transmitiram a vida aos filhos, têm uma gravíssima obrigação de educar a prole, e por isso, devem ser reconhecidos como seus primeiros e principais educadores¹¹. Esta função educativa é de tanto peso que, onde não existir, dificilmente poderá ser suprida. Com efei-

⁹ Cf. CONC. VAT. II, Const. Dogmática *De Ecclesia*, n. 36: AAS 57 (1965) p. 41 s.

¹⁰ Cf. CONC. VAT. II, Esquema do Decreto *De Apostolatu laicorum*, (1965) n. 12.

¹¹ Cf. Pio XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, l. c., p. 59 s.; Carta encíclica *Mit brennender Sorge*, de 14 de março 1937: AAS 29 (1937) p. 164 s.

Pio XII, Alocução ao 1º Congresso nacional da Associação italiana de Professores católicos (A.I.M.C.), de 8 set. 1946: *Discorsi e Radiomessaggi*, VIII p. 218.

to, é dever dos pais criar um ambiente de tal modo animado pelo amor e pela piedade para com Deus e para com os homens que favoreça a completa educação pessoal e social dos filhos. A família é, portanto, a primeira escola das virtudes sociais de que tôdas as sociedades têm necessidade. Mas é sobretudo na família cristã, ornada da graça e do dever do Sacramento do Matrimônio, que devem ser ensinados os filhos desde os primeiros anos, segundo a fé recebida no batismo a conhecer e a adorar Deus e a amar o próximo; é aí que eles encontram a primeira experiência, quer da sã sociedade humana quer da Igreja; é pela família, enfim, que eles são pouco a pouco introduzidos no consórcio civil dos homens e no povo de Deus. Caiam, portanto, os pais na conta da importância da família verdadeiramente cristã na vida e progresso do próprio povo de Deus¹².

O dever de educar, que pertence primariamente à família, precisa da ajuda de toda a sociedade. Portanto, além dos direitos dos pais e de outros a quem os pais confiam uma parte do trabalho de educação, há certos deveres e direitos que competem à sociedade civil, enquanto pertence a esta ordenar o que se requer para o bem comum temporal. Faz parte dos seus deveres promover de vários modos a educação da juven-

¹² Cf. *Conc. Vat. II, Const. Dogmatica De Ecclesia*, nº 11 e 35: AAS 57 (1965) p. 16 e 40 s.

tude: defender os deveres e direitos dos pais e de outros que colaboram na educação e auxiliá-los; segundo o princípio da subsidiariedade, ultimar a obra da educação, se falharem as iniciativas paternas e das outras sociedades, tendo, todavia, em consideração os desejos dos pais; além disso, fundar escolas e instituições próprias, na medida em que o bem comum o exigir¹³.

Finalmente, por uma razão particular pertence à Igreja o dever de educar, não só porque deve ser reconhecida como sociedade humana capaz de ministrar a educação, mas sobretudo porque tem o dever de anunciar a todos os homens o caminho da salvação, de comunicar aos crentes a vida de Cristo e ajudá-los, com a sua contínua solicitude, a conseguir a plenitude desta vida¹⁴. Portanto, a Igreja é obrigada a dar, como Mãe, a estes seus filhos aquela educação, mercê da qual toda a sua vida seja imbuída do espírito de Cristo; ao mesmo tempo, porém, colabora com todos os povos na promoção da perfeição integral da pessoa humana, no bem da sociedade terrestre e na

13 Cf. Pio XI, c. enc. *Divini Illius Magistri*, 1. c., p. 63 s.

Pio XII, Radiomensagem de 1 de junho 1941: AAS 33 (1941) p. 200; Alocução ao 1º Congresso nacional da Associação italiana de Professores católicos, de 8 set. 1946: *Discorsi e Radiomessaggi*, VIII p. 218.

Acêrca do princípio de subsidiariedade, cf. João XXIII, Carta encíclica *Pacem in terris*, de 11 abril 1963: AAS 55 (1963) p. 294.

14 Cf. Pio XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, 1. c., p. 53 s., 56 s.

— Carta encíclica *Non abbiamo bisogno*, de 29 junho 1931: AAS 23 (1931) p. 311 s.

Pio XII, Carta da Secret. de Estado à 28ª Semana Social italiana, de 20 set. 1955: *L'Osservatore Romano* de 29 set. 1955.

edificação dum mundo configurado mais humanamente¹⁵.

Os subsídios da educação

4. No desempenho do seu múnus educativo, a Igreja preocupa-se de todos os subsídios aptos, sobretudo daqueles que lhe pertencem, o primeiro dos quais é a instrução catequética¹⁶ que ilumina e fortalece a fé, alimenta a vida segundo o espírito de Cristo, leva a uma participação consciente e ativa no mistério de Cristo¹⁷ e impele à ação apostólica. A Igreja aprecia muito e procura penetrar e elevar com o seu espírito também os restantes auxílios, que pertencem ao patrimônio comum da humanidade e que muito ajudam para cultivar as almas e formar os homens, como são os meios de comunicação social¹⁸, as múltiplas organizações de atividades espirituais e corporais, os agrupamentos juvenis e, sobretudo, as escolas.

15 A Igreja louva as autoridades civis, locais, nacionais e internacionais que, conscientes das necessidades mais urgentes de hoje, se empenham em fazer com que todos os povos possam chegar a uma maior educação e civilização.

Cf. PAULO VI, aloc. na Assembleia geral das Nações Unidas, de 4 out. 1965: *L'Osservatore Romano*, de 6 out. 1965.

16 Cf. PIO XI, Motu proprio *Ordem catholicum*, de 29 junho 1923: AAS 15 (1923) pp. 327-329.

Decreto *Provide sane*, de 12 jan. 1935: AAS 27 (1935) p. 145-152. CONC. VAT. II, Decreto *De pastoral Episcoporum munere in Ecclesia*, n. 13 e 14.

17 Cf. CON. VAT. II, Const. *De Sacra Liturgia*, n. 14: AAS 56 (1964) p. 104.

18 Cf. Conc. Vat. II, Decreto *De Instrumentis communicationis socialis*, n. 13 e 14: AAS 56 (1964) p. 149 s.

Especial importância da escola

5. Entre todos os meios de educação, tem especial importância a escola¹⁹, que, em virtude da sua missão, enquanto cultiva atentamente as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar retamente, introduz no patrimônio cultural adquirido pelas gerações passadas, promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional, e criando entre alunos de índole e condição diferente o convívio amigável, favorece a disposição à compreensão mútua; além disso, constitui como que um centro em cuja operosidade e progresso devem tomar parte, juntamente, as famílias, os professores, os vários agrupamentos que promovem a vida cultural, cívica e religiosa, a sociedade civil e toda a comunidade humana.

É bela, portanto, e de grande responsabilidade a vocação de todos aqueles que, ajudando os pais no cumprimento do seu dever e fazendo as vezes da comunidade humana, têm o dever de educar nas escolas; esta vocação exige especiais qualidades de inteligência e de coração, uma preparação diligentíssima e uma vontade sempre pronta à renovação e adaptação.

¹⁹ Cf. Pio XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, 1. c., p. 76; Pio XII, Alocução à Associação dos Professores Católicos da Baviera, de 31 dez. 1956; *Discorsi e Radiomessaggi* XVIII p. 746.

O dever e o direito dos pais

6. Os pais, a quem em primeiro lugar cabe não só o dever mas também o direito de educar os filhos, devem gozar de verdadeira liberdade na escolha da escola. Por isso, o poder público, a quem pertence proteger e defender as liberdades dos cidadãos, deve cuidar, segundo a justiça distributiva, que sejam concedidos subsídios públicos de tal modo que os pais possam escolher, segundo a própria consciência, com toda a liberdade, as escolas para os seus filhos²⁰.

De resto, é próprio do poder público providenciar para que todos os cidadãos possam alcançar uma justa participação na cultura e sejam preparados para exercer devidamente os deveres e os direitos civis. Portanto, o mesmo poder público deve defender o direito das crianças a uma adequada educação escolar, velar pela competência dos professores e pela eficácia dos estudos, atender à saúde dos alunos e, em geral, promover todo o trabalho escolar, tendo em consideração o dever da subsidiariedade e, portanto, excluindo o monopólio do ensino, que vai contra os direitos inatos da pessoa humana, contra o progresso e divulgação da própria cultura, contra o convívio pacífico, dos cidadãos e contra o pluralismo que vigora em muitíssimas sociedades de hoje²¹.

20 Cf. CONC. PROV. DE CINCINNATI III, a. 1861: *Collatio Lacensis*, III, col. 1240, c/d; Pio XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, I. c., pp. 60, 63 s.

21 Cf. Pio XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, I. c., p. 63; Carta encíclica *Non abbiamo bisogno*, de 29 junho 1931: AAS 23 (1931) p. 305.

O sagrado Concílio, porém, exorta os fiéis a colaborar espontaneamente quer para encontrar os métodos aptos de educação e de organização dos estudos, quer para formar professores capazes de educar retamente os jovens; secundem com o seu auxílio, sobretudo mediante associações dos pais, todo o trabalho da escola e sobretudo a educação moral que na escola deve ser ministrada.²²

A educação moral e religiosa nas escolas

7. Tendo, além disso, a consciência do dever gravíssimo de cuidar zelosamente da educação moral e religiosa de todos os seus filhos, a Igreja sabe que deve estar presente com o seu particular afeto e com o seu auxílio aos que são formados em escolas não católicas: quer pelo testemunho de vida daqueles que os ensinam e dirigem, quer pela ação apostólica dos colegas²³, quer sobretudo pelo ministério dos sacerdotes e dos leigos que lhes ensinam a doutrina da salvação, adaptada à idade e condição, e os auxiliam espiritualmente com iniciativas oportunas segundo as circunstâncias.

PIO XII, Carta da Secretaria de Estado à 28ª Semana social italiana, de 20 set. 1955: *L'Osservatore romano*, de 29 set. 1955.

PAULO VI, Alocução à Associação Cristã dos Operários Italianos (A. C. L. I.), de 6 out. 1963. Encicliche e Discorsi di Paolo VI, I, Roma, 1964, p. 230.

22 Cf. João XXIII, Mensagem no 30º ano da publicação da Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, de 30 dez. 1959. AAS 52 (1960) p. 57.

23 A Igreja aprecia muito a ação apostólica, que também em tais escolas os professores e os alunos católicos podem realizar. Cf. CONC. VAT. II, Esquema do Decreto *De Apostolatu Laicorum* (1965) n. 12 e 16.

Lembra, porém, aos pais o grave dever que lhes compete de tudo dispor ou até exigir, para que os seus filhos possam gozar de tais auxílios e progredir harmonicamente na formação cristã e profana. Por isso, a Igreja louva aquelas autoridades e sociedades civis que, tendo em conta o pluralismo da sociedade hodierna e atendendo à justa liberdade religiosa, ajudam as famílias para que a educação dos filhos possa ser dada em tôdas as escolas segundo os princípios morais e religiosos das mesmas famílias²⁴.

A escola católica

8. A presença da Igreja no campo escolar manifesta-se de modo particular por meio da escola católica. É verdade que ela busca, não menos que as demais escolas, fins culturais e a formação humana dos jovens. É próprio dela, todavia, criar um ambiente de comunidade escolar animado pelo espírito evangélico de liberdade e de caridade, ajudar os adolescentes para que, ao mesmo tempo que evolui a própria pessoa, cresçam segundo a nova criatura que são mercê do batismo, e ordenar finalmente tôda a cultura humana à mensagem da salvação, de tal modo que seja iluminado pela fé o conhecimento que os alunos adquirem gradualmente a respeito do mun-

24 Cf. CONC. VAT. II, Esquema da declaração *De Libertate religiosa* (1965) n. 5.

do, da vida e do homem²⁵. Assim, a escola católica, enquanto se abre convenientemente às condições do nosso tempo, educa os alunos na promoção eficaz do bem da cidade terrestre, e prepara-os para o serviço a favor da dilatação do Reino de Deus, para que, pelo exercício duma vida exemplar e apostólica, se tornem como que o fermento salutar da comunidade humana.

Portanto, visto que a escola católica tanto pode ajudar na realização da missão do povo de Deus, e tanto pode servir o diálogo entre a Igreja e a comunidade humana, para benefício dos homens, também nas circunstâncias atuais conserva a sua gravíssima importância. Por tal motivo, o sagrado Concílio proclama mais uma vez que a Igreja tem o direito, já declarado em muitíssimos documentos do Magistério²⁶, de livremente fundar e dirigir escolas de qualquer espécie e grau, recordando que o exercício de tal direito muito pode concorrer para a liberdade de consciência e defesa dos direitos dos pais, bem como para o progresso da própria cultura.

25 Cf. CONC. PROV. WESTMINSTER I, a. 1852: *Collatio Lacensis* III, col. 1334, a/b. — PIO XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, l. c., p. 77 s. — PIO XII, Alocução à Associação dos Professores católicos da Baviera, de 31 dez. 1956: *Discorsi e Radiomessaggi* XVIII, p. 746. — PAULO VI, Alocução aos membros da F. I. D. A. E. (Federação dos Institutos dependentes da autoridade eclesiástica), de 30 dez. 1963: *Encicliche e Discorsi di Paolo VI*, I, Roma, 1964, p. 602 s.

26 Cf. antes de mais os documentos mencionados na rota n. 1; além disso, este direito da Igreja é manifestado por muitos concílios provinciais, bem como em recentíssimas declarações de muitas conferências episcopais.

Lembrem-se, porém, os professores de que sobretudo deles depende que a escola católica possa realizar os seus intentos e iniciativas²⁷. Sejam, por isso, preparados com particular solicitude, para que estejam munidos de ciência quer profana quer religiosa, comprovada pelos respectivos títulos e possuam a arte de educar, de harmonia com o progresso dos nossos dias. Unidos entre si e com os alunos pela caridade, e imbuídos de espírito apostólico, dêem testemunho de Cristo, Mestre único, quer com a vida quer com a doutrina. Colaborem, sobretudo, com os pais; juntamente com eles, tenham na devida consideração, em toda a obra educativa, a diferença sexual e o fim próprio atribuído pela Providência divina a cada sexo na família e na sociedade; esforcem-se por suscitar a ação pessoal dos alunos, e, depois de acabado o curso escolar, continuem a acompanhá-los com o conselho, a amizade e com a organização de associações peculiares imbuídas de verdadeiro espírito eclesial. O Sagrado Concílio declara que o ministério destes professores é um autêntico apostolado, muito oportuno e necessário também nos nossos dias, e, ao mesmo tempo, um verdadeiro serviço prestado à sociedade. E aos pais católicos recorda o dever de confiar os seus filhos,

27 Cf. Pio XI, Carta encíclica *Divini Illius Magistri*, 1. c., p. 80 s. — Pio XII, Alocução à Associação católica italiana dos Professores das escolas secundárias (U. C. I. I. M.) de 5 jan. 1954: *Discorsi e Radiomessaggi*, XV, pp. 551-556. — João XXIII, Alocução ao sexto Congresso da Associação italiana dos Professores Católicos (A. I. M. C.), de 5 set. 1959: *Discorsi, Messaggi, Colloqui*, I, Roma, 1960, pp. 427-431.

quando e onde puderem, às escolas católicas, de as sustentar segundo as suas forças e de colaborar com elas para bem dos próprios filhos²⁸.

Várias formas de escola católica

9. É necessário que tôdas as escolas, de qualquer modo dependentes da Igreja, sejam conformes a esta imagem da escola católica, embora a escola católica possa revestir várias formas segundo as condições de lugar²⁹. Sem dúvida, a Igreja estima profundamente também as escolas católicas que, sobretudo nos territórios das novas cristandades, são freqüentadas também por alunos não católicos.

De resto, devem ter-se em conta as necessidades do nosso tempo na fundação e organização das escolas católicas. Por isso, se por um lado devem continuar a ser promovidas as escolas inferiores e médias que constituem o alicerce da educação, também devem ser tidas em muita conta aquelas que as condições hodiernas exigem de modo particular, como são as chamadas escolas profissionais³⁰ e técnicas, as instituições destinadas à educação dos adultos, à promoção dos socorros sociais bem como àqueles que, por defeito

28 Cf. Pio XII, *Alocução à Associação Católica italiana dos Professores das escolas secundárias* (U. C. I. I. M.), de 5 jan. 1954, I. c., p. 555.

29 Cf. PAULO VI, *Alocução ao Ofício internacional de Educação católica* (O. I. E. C.), de 25 fev. 1964: *Encicliche e Discorsi di Paolo VI*, II, Roma, 1964, p. 232.

30 Cf. PAULO VI, *Alocução à Associação Cristã dos Operários da Itália* (A. C. L. I.), a 6 out. 1963: *Encicliche e Discorsi di Paolo VI*, I, Roma, 1964, p. 229.

da natureza, necessitam de cuidado particular, e as escolas em que os professores são preparados em função quer da formação religiosa quer das demais formas de educação.

O sagrado Concílio exorta veementemente tanto os pastores da Igreja como os fiéis que, não omitindo nenhum sacrifício, ajudem as escolas católicas na realização cada vez mais perfeita do seu múnus, e, antes de mais, remediando as necessidades daqueles que são pobres de bens temporais ou privados do auxílio e do afeto da família ou desprovidos do dom da fé.

Universidades e faculdades católicas

10. A Igreja acompanha igualmente com zelosa solicitude as escolas de nível superior, sobretudo as universidades e as faculdades. Mais ainda: naquelas que dela dependem, procura de modo orgânico que cada disciplina seja de tal modo cultivada com princípios próprios, método próprio e liberdade própria de investigação científica, que se consiga uma inteligência cada vez mais profunda dela, e, consideradas cuidadosamente as questões e as investigações atuais, se veja mais profundamente como a fé e a razão conspiram para a verdade única, segundo as pisadas dos doutores da Igreja, mormente de Sto. Tomás de Aquino³¹. E assim se consiga a pre-

31 Cf. PAULO VI, Alocução ao VI Congresso tomístico internacional, de 10 set. 1965: *L'Osservatore Romano*, 13-14 set. 1965.

sença pública, estável e universal da mente cristã em todo o esforço de promoção da cultura superior, e que os alunos destas instituições se formem homens verdadeiramente notáveis pela doutrina, preparados para aceitar os mais pesados cargos na sociedade e ser testemunhas da fé no mundo ³².

Nas universidades católicas onde não existe nenhuma Faculdade de Sagrada Teologia, funde-se um instituto ou uma Cadeira de Sagrada Teologia, na qual se dêem lições adaptadas também aos alunos leigos. Visto que as ciências progridem sobretudo mercê de investigações peculiares de maior alcance científico, favoreçam-se nas Universidades e Faculdades católicas sobretudo aqueles institutos cujo fim primário é a promoção da investigação científica.

O sagrado Concílio muito recomenda que se fundem universidades e faculdades católicas, convenientemente distribuídas pelas diversas partes da terra, de tal maneira, porém, que brilhem não pelo número, mas pela doutrina; e facilite-se a entrada aos alunos de maior esperança, embora de pouca fortuna, sobretudo aos oriundos das nações jovens.

³² Cf. Pio XII, Alocução aos professores e alunos dos Institutos Superiores Católicos da França, de 21 out. 1950: *Discorsi e Radiomessaggi* XII, pp. 219-221; Carta ao XXII Congresso "Pax Romana", de 12 agos. 1952: *Discorsi e Radiomessaggi* XIV, pp. 567-569. — João XXIII, Alocução à Federação das Universidades Católicas de 1 abril 1959: *Discorsi, Messaggi, Colloqui*, I, Roma, 1960, pp. 226-229. — Paulo VI, Alocução ao Senado Acadêmico da Universidade Católica de Milão; de 5 abril 1964: *Encicliche e Discorsi di Paolo VI*, II, Roma, 1964, pp. 438-443.

Já que a sorte da sociedade e da própria Igreja está intimamente relacionada com o proveito dos jovens dados aos estudos superiores³³, os pastores da Igreja não só tenham grande cuidado pela vida espiritual dos alunos que freqüentam as Universidades católicas, mas, solícitos da formação espiritual de todos os seus filhos, nas reuniões episcopais oportunamente convocadas, providenciem para que também junto das Universidades não católicas haja residências e centros universitários católicos, nos quais os sacerdotes, os religiosos e os leigos, cuidadosamente escolhidos e preparados, dêem auxílio espiritual e intelectual permanente à juventude universitária. Porém, os jovens de melhor talento quer das universidades católicas quer das outras, que pareçam aptos para o ensino e para a investigação, sejam cultivados com especial atenção e preparados para exercer o magistério.

Faculdades de ciências sagradas

11. A Igreja espera muitíssimo do trabalho das faculdades de ciências sagradas³⁴. Com efeito, a elas confia o gravíssimo dever de preparar

33 Cf. Pio XII, Allocução ao Senado Acadêmico e aos alunos da Universidade de Roma, de 15 junho 1952: Discorsi e Radiomessaggi XIV, p. 208: "A direção da sociedade de amanhã está principalmente depositada na mente e no coração dos universitários de hoje".

34 Cf. Pio XII, Constituição apostólica *Deus scientiarum Dominus*, de 24 maio 1931: AAS 23 (1931) pp. 245-247.

os próprios alunos não só para o ministério sacerdotal mas, sobretudo, quer para ensinar nas cátedras dos estudos eclesiásticos superiores, quer para fazer progredir as disciplinas com o próprio esforço, quer para receber os encargos mais pesados do apostolado intelectual. Da mesma maneira, é dever dessas faculdades investigar mais profundamente os vários campos das disciplinas sagradas, de tal maneira que se consiga uma inteligência cada vez mais profunda da Sagrada Escritura, se patenteie mais plenamente o patrimônio da sabedoria cristã transmitido pelos antepassados, se promova o diálogo com os irmãos separados e com os não cristãos e se dê resposta às questões nascidas do progresso das ciências³⁵.

Por isso, as faculdades eclesiásticas, depois de oportunamente revistas as suas leis, promovam zelosamente as ciências sagradas e aquelas relacionadas com as sagradas e, usando os métodos e auxílios mais recentes, formem os ouvintes para mais altas investigações.

Colaboração no campo escolar

12. Como a colaboração, que em nível diocesano, nacional e internacional se torna cada vez mais urgente e adquire mais força, é igual-

35 Cf. Pro XII, Carta encíclica *Humani Generis*, de 12 agóst. 1950: AAS 42 (1950) p. 568 s; 578. — PAULO VI, Carta encíclica *Ecclesiam Suam*, parte III, de 6 agóst. 1964: AAS 56 (1954) pp. 637-659. — CONC. VAT. II, Decreto *De Oecumenismo*: AAS 57 (1965) pp. 90-107.

mente muito necessária no campo escolar, deve procurar-se com tôdas as forças que entre as escolas católicas se favoreça uma apta cooperação, e, entre elas e as restantes escolas se intensifique a colaboração exigida pelo bem de tôda a comunidade humana³⁶.

Da maior coordenação e colaboração, sobretudo no âmbito dos institutos acadêmicos, se colherão frutos mais abundantes. Por isso, em tôdas as universidades colaborem as várias faculdades entre si, tanto quanto o seu objeto o permitir. Também as próprias universidades cooperem entre si com esforços unidos, organizando conjuntamente assembléias internacionais, distribuindo entre si pesquisas científicas, comunicando umas às outras as próprias descobertas e permutando temporariamente os professores, e promovendo tudo quanto favoreça uma maior ajuda mútua.

CONCLUSÃO

O sagrado Concílio exorta veementemente os jovens a que, conscientes da importância do múnus educativo, estejam preparados para o receber com ânimo generoso, sobretudo naquelas regiões em que, por falta de professores, a educação da juventude está em perigo.

³⁶ Cf. João XXIII, Carta encíclica *Pacem in terris*, de 11 abril 1963: AAS 55 (1963) p. 284 e passim.

O mesmo sagrado Concílio, enquanto se confessa muito grato aos sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos que se ocupam com dedicação evangélica na obra excelente da educação e do ensino de qualquer espécie e grau, exorta-os a que perseverem generosamente no trabalho começado e a que, ao imbuir os alunos do espírito de Cristo, se esforcem por se tornar de tal modo eminentes na arte pedagógica e no estudo das ciências que não só promovam a renovação interna da Igreja mas também conservem e aumentem a sua presença benéfica no mundo hodierno, sobretudo no intelectual.

EPÍLOGO

O ensinamento dos Soberanos Pontífices e do Concílio Vaticano II sobre a iniciação espiritual dos cristãos, e particularmente sobre a educação da juventude, constitui um magnífico edifício, do qual tôdas as partes são sólidas e de eficaz harmonia. Não apresenta êle nem obscuridades, nem secções, nem lacunas. Aspecto nenhum da questão é esquecido ou negligenciado; a parte legítima de cada instituição, tanto da família, como da Igreja ou do Estado, na obra e no esforço comum é colocada em seu devido lugar, com serena e completa imparcialidade. É um monumento de uma riqueza, de uma largueza de vistas, de um equilíbrio, de uma continuidade tais que inspiram confiança e segurança.

Não se há de maravilhar ninguém, dizendo que a chave desse magnífico edifício se chama *Fé*, cujo guarda é o Vigário de Jesus Cristo, seja qual fôr seu nome e seu tempo.

Uma doutrina tão sólida e coerente não está sujeita às incertezas do procedimento humano, tão cheio de perigos para o futuro da civilização. Não está à mercê da ignorância nem das paixões partidárias. É, porém, luminoso reflexo, isento de obscuridade, de uma concepção original da vida, daquela "Nova Ordem", instaurada por Cristo e que pôs fim, por meio de seus discípulos, ao caos espiritual do mundo antigo.

"Eu sou o caminho, a verdade e a vida", disse-lhes.

O Evangelho — a sua "Boa Nova" — que irradia a "verdadeira Luz", ilumina todo o homem, "embarcado", desde seu nascimento e seu batismo, em demanda do próprio destino; arranca-o das "trevas" de uma pista inútil sobre uma estrada repentinamente truncada pela morte, como uma ardilosa pista de uma avalanche; ajuda-o a viver agora em prospectivas onde os olhos da alma se apercebem dos fins sobrenaturais, como os olhos do corpo se apercebem da luminosidade do dia.

O ensino cristão insere-se naturalmente neste conjunto. Não vem ele sobretudo, nem arbitrariamente impôsto. As palavras do Cardeal Gerlier, dirigidas a seus diocesanos, correspondem exatamente à verdade: "A existência das escolas cristãs está unida ao imperativo de nossa fé".

Í N D I C E

Introdução	15
------------------	----

PRINCIPAIS ENSINAMENTOS DOS PREDECESSORES DE PIO XII

Gregório XVI	8
Pio IX	12
Leão XIII	19
S. Pio X	28
Pio XI	31

PIO XII E A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE

Princípios fundamentais da educação	45
Grandeza e excelência da função educadora	61
O que é a educação cristã?	68
Lugar do ensino da doutrina cristã e do catecismo na educação	72
Ensino superior especialmente católico	80
Apêndice	89

DECLARAÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II SOBRE A EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE

Proêmio	103
Conclusão	123
Epílogo	125